

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

MIZUEL FERNANDES DE OLIVEIRA

**EXPANSÃO INDUSTRIAL E DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS NO
MUNICÍPIO DE SERRA-ES**

**VITÓRIA
2007**

MIZAEL FERNANDES DE OLIVEIRA

**EXPANSÃO INDUSTRIAL E DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS NO
MUNICÍPIO DE SERRA-ES**

Monografia apresentada ao curso de
Geografia da Universidade Federal do
Espírito Santo, para a obtenção do
Título de Bacharel em Geografia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Lucy
Oliveira Freire.

**VITÓRIA
2007**

MIZAEL FERNANDES DE OLIVEIRA

**EXPANSÃO INDUSTRIAL E DINÂMICAS SÓCIO-ESPACIAIS NO
MUNICÍPIO DE SERRA-ES**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Aprovada em de de 2007

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Ana Lucy Oliveira Freire
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a Dr^a Aurélia Hermínia Castiglioni
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^o MSc Vilmar Silva Borges
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado a vida e determinação para realizar e concluir mais um importante projeto na minha iniciante carreira de pesquisador.

A minha família pelo apoio e compreensão nos momentos ausentes, como nos finais de semas e também não poderia de agradecer profundamente a Biqueila pela sua dedicação, compreensão e amor.

Este trabalho não teria sido possível de se realizado sem a ajuda de várias pessoas e instituições, às quais agradeço a seguir.

A professora Ana Lucy Oliveira Freire, pela coragem, interesse e paciência demonstrados na orientação da pesquisa, que vieram a reforçar e a qualificar os ensinamentos realizados em Disciplina cursada, e pela amizade.

Ao professor Vilmar Borges, pela também dedicação em estar lendo a parte inicial desta monografia demonstrando sempre disposto a ajudar.

Ao meu amigo de sempre Rodrigo Betim Bergamaschi, pelas produções dos mapas, os quais foram importantes nas análises dos temas discutidos nesta pesquisa, valeu!!!

Aos demais colegas e professores do Departamento Acadêmico de Geografia da UFES, pela convivência fraterna e ajuda sempre disponível, tanto intelectual quanto material. Em especial, aos colegas da minha turma.

Aos técnicos da Prefeitura Municipal de Serra, em especial a Alice do Departamento de Planejamento Urbano pelas inúmeras conversas e debates sobre os temas analisados nesta pesquisa, e também todo o pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico pelas conversas que foram produtivas em todos os momentos da mesma.

A todo o pessoal da SUPPIN, em especial ao Ex Diretor Geral João Luiz Castello pela vontade de estar debatendo varias questões fundamentais e pelos contatos posteriores que conseguimos.

RESUMO

O município da Serra passou nas últimas décadas por uma mudança no seu perfil econômico. Com a instalação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT) nas décadas de 70 e 80, o qual estava inserido na política estadual dos chamados “Grandes Projetos” que visava dinamizar a economia capixaba com a industrialização, possibilitou a dinamização econômica, populacional e espacial do espaço urbano da Serra. Uma das conseqüências dessa mudança relaciona-se à população. Em primeiro lugar, conforme dados do IBGE, houve um acelerado crescimento da população que, em 1960, era de 9.192 habitantes chegando a 407.000 habitantes em 2007. Porém, esse crescimento ocorreu apenas com a população urbana, já que a população rural diminuiu de 5.747 habitantes para 1.500 habitantes nesse mesmo período. Dessa forma, é a população urbana que cresce em razão do processo de migração, pois em 1960 representava apenas 37,47% da população total do município e em 2007 corresponde a 99,64%. Diante dessa dinâmica populacional, a presente pesquisa procurou avaliar e analisar as dinâmicas populacionais, econômicas e espaciais ocorridas neste município, influenciada em grande parte pela industrialização municipal, reflexos dos investimentos do Estado e de capitais privados. Em uma análise intra-urbana, verificou-se que o crescimento populacional nas décadas analisadas não se deu em toda a área urbana, mas sim vinculado à localização industrial, em bairros próximos à área industrial, e também em bairros periféricos ao centro do município. A industrialização neste município se deu de forma concentrada em áreas industriais. Neste sentido, o processo de urbanização (em grande parte) se deu no entorno desses centros industriais (Civit I e I). Induziu a criação de vários conjuntos habitacionais para abrigar os trabalhadores da indústria, imensos bairros, loteamentos ilegais, ocupações, etc. A intensidade da ocupação do espaço municipal é conseqüência, num primeiro momento da presença de atividades produtivas e geradoras de emprego, que via de regra, não acompanhou o crescimento acelerado da população municipal.

Palavras-chave: Industrialização. CIVIT. Aumento Populacional. Urbanização.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Taxas de crescimento populacional da Grande Vitória.....	30
Tabela 2- Participação dos setores econômicos na renda líquida do Espírito Santo (Preço corrente 1960-1979).....	34
Tabela 3- Grande Vitória: Dinâmica populacional 1970-1980 População Urbana e Rural (%).....	34
Tabela 4- Evolução da População da Serra (População Rural e Urbana: 1950 a 1980).....	41
Tabela 5- Taxa Média de Crescimento Geométrico da População Residente na Região Metropolitana da Grande Vitória.....	44
Tabela 6- Conjuntos Habitacionais e Unidades habitacionais construídas na Grande Vitória no período de 1967 a 1986.....	53
Tabela 7- Programas Habitacionais no Município de Serra (2003-2004).....	57
Tabela 8- Programa de Arrendamento Residencial (PAR) na Serra Apartamentos entregues (2002- 2004).....	58
Tabela 9- Novos Loteamentos Habitacionais no município de Serra.....	61
Tabela 10- Número de Atividades Econômicas Existentes no Município da Serra e no ES Classificadas por Setores da CNAE – 2003.....	66
Tabela 11- Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado no Município da Serra e no ES, por Setores da CNAE (2003).....	69
Tabela 12- Indicadores industriais do município de Serra e do ES (2002).....	71
Tabela 13- Empresas Segundo o Ramo de Atividade no CIVIT (I e II) Cadastradas na FINDES (2006).....	74
Tabela 14- Lotes vazios no CIVIT (I e II).....	75

LISTA DE FOTOS E GRÁFICOS

Relação de Figuras

Foto 1- Vista aérea do futuro Pólo Empresarial Serra Norte.....	83
Foto 2- Vista aérea da Região do Contorno.....	85
Foto 3- Vista aérea do Pólo Jacuhy.....	85
Foto 4- Vista aérea do TIMS e pólo empresarial Nova Vitória.....	86

Relação de Gráficos

Gráfico 1- Evolução da população residente na Serra (1960-2007).....	40
Gráfico 2- Evolução da população urbana de Serra (1950- 1980).....	42
Gráfico 3- Taxa Média de Crescimento Geométrico da População Residente na Região Metropolitana da Grande Vitória.....	44
Gráfico 4- Setores Econômicos da Serra (2004).....	65
Gráfico 5- Participação Relativa dos Estabelecimentos e do Pessoal Ocupado no Município da Serra por Setor de Atividade no ano de 2003.....	67
Gráfico 6- Participação Relativa dos Estabelecimentos Industriais no Total da Indústria do Município de Serra, Classificado por Atividade Econômica pela CNAE – 2002.....	72

LISTA DE FIGURAS (MAPAS)

Figura 1- Mapa da Região Metropolitana da Grande Vitória.....	31
Figura 2- Mapa do Município de Serra.....	39
Figura 3- Mapa de Localização do CIVIT I e II / Serra- ES.....	50
Figura 4- Bairros em Questão Provenientes de Conjuntos Habitacionais do Município de Serra.....	56
Figura 5- Vias urbanas do Município de Serra.....	64
Figura 6- Pólos Industriais e Empresariais do Município de Serra.....	80

LISTA DE SIGLAS

BANDES- Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
BANESTES- Banco do Estado do Espírito Santo
CIVIT- Centro Industrial da Grande Vitória
COAB-ES- Companhia de Habitação do Espírito Santo
CODES- Conselho de Desenvolvimento do Espírito Santo
COPLAN- ES- Companhia de Planejamento do Espírito Santo
CST- Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD- Companhia Vale do Rio Doce
DPU- Departamento de Planejamento Urbano
FUNRES- Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
GERES- Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IJSN- Instituto Jones dos Santos Neves
INOCOOP-ES Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Espírito Santo
IPES- Instituto de Orientação à Pesquisa do Espírito Santo
PDU- Plano Diretor Urbano
PIB- Produto Interno Bruto
PMS- Prefeitura Municipal de Serra
RMGV- Região Metropolitana da Grande Vitória
SEDEC- Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SH- Secretaria de Habitação
SUPPIN- Superintendência dos Projetos da Polarização Industrial
TIMS- Terminal Industrial Multimodal da Serra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 INDUSTRIALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO: ALGUMAS REFLEXÕES	16
2 A INDUSTRIALIZAÇÃO CAPIXABA E SEUS REFLEXOS NA GRANDE VITÓRIA	23
3 INDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO POPULACIONAL DE SERRA	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRA.....	38
3.2 CRESCIMENTO POPULACIONAL E EXPANSÃO INDUSTRIAL DE SERRA.....	40
3.3 O BOOM INDUSTRIAL DA SERRA PÓS-ANOS 70 COM A CRIAÇÃO DO CIVIT.....	45
4 O PAPEL DO CIVIT I E DO CIVIT II NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA SERRA	52
5 A CONFIGURAÇÃO DA INDÚSTRIA E AS PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO INDUSTRIAL E DO ESPAÇO URBANO NA SERRA	65
5.1 A CONFIGURAÇÃO ATUAL DA INDÚSTRIA SERRANA.....	65
5.2 AS PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO INDUSTRIAL E DO ESPAÇO URBANO NA SERRA.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
OUTRAS FONTES	95
ANEXOS	97

INTRODUÇÃO

O presente trabalho nasceu da vontade de entender as transformações ocorridas no município de Serra durante os últimos trinta anos. Este município apresentou uma dinamização urbana intensa ocasionada pela industrialização, que se concentrou, num primeiro momento, no Centro Industrial de Vitória, CIVIT, e hoje apresenta uma maior dinamização industrial.

Esta pesquisa buscou compreender as mudanças ocorridas no espaço urbano derivadas do processo de industrialização, analisando o papel do CIVIT (I e II) no processo de urbanização municipal, uma vez que estes dois pólos que concentram indústrias representam a expansão industrial da própria Região Metropolitana de Vitória.

A industrialização ocorrida neste município, somada a outros fatores, se apresentou como uma das mais importantes justificativas da concentração populacional no espaço urbano da Serra. Porém, este aumento populacional, ocorrido neste município, sobretudo a partir da década de 80, não foi acompanhado pela oferta de emprego. Este e outros fatos, que serão trabalhados nesta pesquisa, foram responsáveis pela expansão de vários problemas socioeconômicos, acarretando, conflitos no uso e ocupação do solo urbano municipal com o surgimento de bairros provenientes de ocupação, loteamentos ilegais, novas formas de moradias, etc.

Nesse sentido, foi fundamental analisar a história da formação industrial deste município, sobretudo a partir da criação do CIVIT, o qual estava inserido em um eixo de desenvolvimento maior para o Estado, através da política dos Grandes Projetos Industriais idealizados, pelo governo, a fim de dinamizar e reestruturar a economia capixaba que estava alicerçada outrora nas atividades da agricultura, sobretudo na dependência do café.

Este momento histórico conhecido como o período da Reestruturação Produtiva foi fundamental para o desenvolvimento da industrialização do município de Serra que concentrou grande parte das indústrias capixabas.

Num outro momento, discutimos algumas transformações ocorridas no espaço urbano municipal, bem como a configuração atual da urbanização, destacando a região central do município, sendo esta a região de maior concentração populacional e econômica do município, concentrando as atividades industriais, comerciais e de serviços do município e, por fim, caracterizamos as principais áreas que poderão ser impactadas pelas atividades industriais e empresariais, caso seja colocada em prática a vontade das iniciativas públicas e privadas.

Dessa forma, esse trabalho tentou se basear e responder uma questão fundamental referente ao município de Serra: quais foram as transformações que mais chamaram a atenção ocorridas no espaço urbano deste município, ocasionadas pela criação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT)?

Para responder a essa e outras inquietações, a pesquisa buscou analisar as principais dinâmicas ocorridas neste município, à luz do processo de industrialização iniciado na década de 70, destacando o papel do Estado enquanto promotor das políticas de industrialização e, certamente, da própria produção daquele espaço.

Como objetivos específicos, buscou-se: analisar o crescimento populacional de Serra, num recorte intra-urbano; analisar o papel da indústria, enquanto agente produtor do espaço urbano no município de Serra; verificar comparativamente as condições sócio-econômicas deste município antes e depois do processo de industrialização iniciado nos anos 70 num recorte espacial e temporal; identificar de forma descritiva as áreas municipais que poderão ser palco da nova expansão industrial e empresarial neste município e, conseqüentemente, que se mostram mais dinâmicas em termos da expansão urbana.

Em termos metodológicos para que essa pesquisa se realizasse, foi preciso inicialmente, buscar um referencial teórico bibliográfico sobre as relações entre indústria e crescimento e organização do espaço urbano que não ficou restrito somente à Geografia. A pesquisa vale-se de material disponível sobre a política de industrialização direcionada ao Espírito Santo, sobretudo no município de Serra que foram buscadas incessantemente nos órgãos capixabas responsáveis por estas

questões, como também inúmeros encontros com os responsáveis das Secretárias de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento urbano do município de Serra.

As análises comparativas realizadas nesta pesquisa só foram possíveis com o acervo montado de dados estatísticos e de informações gerais agrupando materiais suficientes para a elaboração de análises e representações gráficas, de tabelas e de mapas que foram produzidos, auxiliando o processo de análise, tudo isso a partir da coleta de dados junto aos órgãos públicos municipais e estaduais.

Para que pudéssemos ter informações importantes sobre a nossa área de estudo, foi preciso, em alguns casos, pagarmos pelas mesmas, uma vez que estas informações não são divulgadas gratuitamente pelas instituições públicas e privadas. Não foi raro a não obtenção de dados, especificamente sob a alegação de tratar-se de planejamentos futuros para o município.

Durante toda essa pesquisa foram marcadas várias reuniões com os órgãos do município de Serra, e através das discussões realizadas, percebemos as intenções do poder público em alguns pontos que serão debatidos nesta pesquisa, como por exemplo, os interesses econômicos fortalecidos na “visão de desenvolvimento”.

Cumprindo todas as etapas programadas, desenvolvemos essa pesquisa que está estruturada nos seguintes capítulos: o capítulo I denominado **“Industrialização e Expansão do Espaço Urbano: Algumas Reflexões”**, aborda alguns pontos importantes do pensamento geográfico com relação às interações entre a industrialização e a produção do espaço urbano, voltando essa relação para o município de Serra; o capítulo II intitulado **“A Industrialização Capixaba e seus Reflexos na Grande Vitória”**, trabalha as transformações da estrutura econômica capixaba com o período de transição econômica, conhecido com período de reestruturação produtiva, o que significou a passagem de um período agro-exportador para urbano-industrial. Neste contexto, esse capítulo aborda as transformações sofridas pela Grande Vitória no que diz respeito a explosão populacional e urbanização; já o capítulo III **“Industrialização e Crescimento Populacional de Serra”** trabalha a transição econômica do município de Serra,

sobretudo após a década de 1960, destacando o processo de urbanização, bem como o início da industrialização com a implantação do Centro Industrial de Vitória (Civit I e II); o capítulo IV: **“O Papel do CIVIT I e do CIVIT II no Processo de Urbanização da Serra”** discute o surgimento de novas áreas urbanas no entorno próximo e mais distante dos dois CIVITs, destacando os novos loteamentos que estão sendo criados, bem como os conjuntos habitacionais, os terminais de ônibus, e destacando também o setor do comércio municipal concentrado, sobretudo, na região de Laranjeiras; o último capítulo intitulado **“A Configuração atual da indústria e as Perspectivas de Expansão Industrial e do Espaço Urbano na Serra”** analisa a configuração atual da indústria serrana, destacando os principais tipos de atividades econômicas existentes neste município, bem como os principais ramos de atividades existentes no CIVIT, além de Discutir os interesses das iniciativas privada e pública em expandir os pólos industriais e empresariais na Serra. Esse último capítulo mostra um outro olhar sobre esta questão como a grande disponibilidade de áreas vazias no Civit I e II, possibilitando valorização de áreas para ocupação futura.

CAPÍTULO I

INDUSTRIALIZAÇÃO E EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO: ALGUMAS REFLEXÕES

A industrialização é um fenômeno concentrado no espaço, porém provoca a intensificação e surgimento de novas aglomerações urbanas, que se tornam concentrações urbanas e tem uma importância significativa nas relações entre as parcelas do espaço global, uma vez que facilita as articulações e interações entre as mesmas. Nas palavras de CARLOS (1988 p. 44):

O desenvolvimento do urbano apresenta-se como condição *sine qua non* do processo de produção assentado no sistema capitalista. Todavia é necessário esclarecer que a indústria capitalista não só se desenvolve apenas quando tem uma base urbana como determina uma aceleração do processo urbano.

Pode-se afirmar que a objetivação da industrialização é a urbanização. Segundo CARLOS (1988) a cidade decorre da divisão do trabalho, da organização da sociedade em classes sociais, da acumulação tecnológica, da produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica e de uma certa concentração espacial das atividades não agrícolas (comércio e sobretudo da indústria). Neste sentido é válido afirmar que:

O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada. Sozinha, uma variável é inteiramente carente de significado, como o é fora do sistema ao qual pertence. Quando ela passa pelo inevitável processo de interação localizada, perde seus atributos específicos de criar algo novo. (SANTOS, 1985, P.22).

Ao analisar a produção espacial urbana, SPOSITO (1988), afirma que a mesma realiza-se de modo a viabilizar o processo de reprodução do capital e a cidade se

apresentará como a materialização das condições gerais do processo em sua totalidade.

A revolução industrial marcou um novo tempo no processo de urbanização, já que o mesmo ganhou maior proporção e intensidade. Contudo, segundo SPOSITO (1988), essa relação direta entre industrialização¹ e urbanização² apresentou de maneira diferenciada em todo o território europeu.

Segundo CARLOS (1988), o processo de industrialização provocou profundas transformações na vida do homem, uma vez que a estrutura da divisão social e espacial do trabalho foi categoricamente modificada com a nova óptica do capital industrial.

Esse processo o qual gera concentração populacional pode resultar dentre outros pontos, em uma série de problemas urbanos e socioeconômicos, uma vez que o aumento populacional, por exemplo, pode provocar o aceleramento da periferia, violência, desemprego, dentre outros problemas urbanos.

O espaço geográfico se reproduz hoje tendo como objetivo o pleno desenvolvimento do capitalismo. Nesse contexto, o processo de reprodução e produção do espaço urbano é condição e produto da sociedade num determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade. A cidade aparece como localização da indústria, local do trabalho social, aglomeração da mão-de-obra, mercadorias, materialização das condições de produção.

Assim, o urbano deve ser analisado enquanto condição, meio e produto do processo de reprodução do espaço e da sociedade em todas as suas instâncias.

¹ Segundo SPOSITO (1988) o termo indústria e industrialização, apesar de serem complementares, apresentam significados diferentes. O termo indústria apresenta um sentido restrito, diz respeito às formas tomadas pela produção de mercadorias, a partir da maquinofatura, e especialmente com a revolução industrial. Já a industrialização é entendida como traço da sociedade contemporânea, como principal atividade econômica e principal forma através da qual a sociedade se apropria da natureza e a transforma; marcou de forma profunda e revolucionou o próprio processo de urbanização.

² A urbanização entendida como processo, e a cidade entendida como forma concretizada deste processo. (ibid).

Ao estudar a urbanização brasileira Milton Santos (1998), afirma que até 1850 os poucos núcleos urbanos existentes no Brasil não apresentavam relações sólidas entre si. Cada um priorizava as relações com o exterior. Era o período chamado por este autor de urbanização em ilhas. Neste contexto histórico, o Brasil se caracterizava por ser um país agro-exportador, tendo sua base econômica alicerçada no setor primário da economia. Essa configuração econômica brasileira persistirá até meados do século XX. O autor enfatiza:

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes. (SANTOS, 1998, p.26).

Após este período³ uma nova fluidez potencial do território nacional será percebida graças à melhoria das condições da infra-estrutura ligada à implantação de estradas de ferro, melhoria dos portos e criação dos meios de comunicação, porém estas melhorias permitiram uma integração limitada do espaço e do comércio, já que as mesmas aconteceram em algumas parcelas do território. (SANTOS, 1998).

Após os anos 40-50, os nexos econômicos ganham enorme importância nas dinâmicas urbanas na totalidade do território nacional influenciados pelo processo de industrialização, alicerçado no modelo de substituição de importações, que de fato será importante na integração do território brasileiro e ativador da urbanização, acelerando o crescimento demográfico nas cidades e provocando grandes transformações tanto na cidade quanto no campo. (SANTOS, 1998).

Segundo CARLOS (1988), o processo de industrialização pode provocar transformações na vida do homem, bem como na divisão espacial e do trabalho, fazendo convergir a população num determinado ponto do espaço produzindo uma

³ São Paulo se torna a partir de 1850, período conhecido como o "ciclo do café", o pólo dinâmico mais importante do Brasil, tendo como área de influencia os estados mais ao sul e de modo parcial Rio de Janeiro e Minas Gerais. Posteriormente com o processo de industrialização a sua importância no nível de Brasil aumentará ainda mais. (SANTOS, 1998).

rede urbana articulada e hierarquizada. Segundo esta autora um dos efeitos deste processo é a produção do caos. Pode-se com isso afirmar que a atividade industrial assume o papel de comando na reprodução espacial.

Ao analisar a urbanização neste olhar, pode-se perceber que este processo o qual gera concentração populacional, pode resultar dentre outros pontos, em uma série de problemas urbanos e socioeconômicos, uma vez que o aumento populacional em um dado município, por exemplo, pode provocar o aceleramento da periferia, violência, desemprego, dentre outros.

Segundo SANTOS (1998) o processo de urbanização, nos períodos mais recentes, revela uma crescente associação com a pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais a cidade, sobretudo a grande cidade. E conforme MARICATO (1996, p.76), a exclusão social acompanha o processo de industrialização/urbanização brasileiras. Exclusão e concentração são paradigmas constantes do capitalismo brasileiro.

São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram os estados em que o processo de industrialização se concentrou no primeiro momento. Segundo SANTOS (1998), este novo período da história brasileira foi marcado pela integração do território nacional em que as infra-estruturas construídas após este período possibilitou a existência de uma rede nacional integrando todo o território nacional bem como o crescimento da população urbana.

Ao longo do século XX, o Brasil dinamizou sua estrutura transformando-se em um país urbano. Segundo SANTOS (1996, p. 69), os núcleos com mais de 220.000 habitantes vêm crescer sua participação no conjunto da população brasileira, passando de pouco menos de 15% do total em 1940 para quase o dobro (28,43%) em 1960 para constituir mais da metade (51%) da população em 1980.

Esses mesmos núcleos com mais de 20.000 habitantes reuniam quase metade (47,7%) da população urbana em 1940, 63,64% em 1960 e 75,48% em 1980. Já em 1996, 61,42% da população brasileira vivia em aglomerados urbanos com mais de 20 mil habitantes. E tratando-se da população urbana, 78,38% vivia, em 1996,

nesses aglomerados (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.204). Em 2000, segundo o IBGE, a população urbana chega a representar 81,24% da população do país.

Esta constatação exposta acima é reflexo da consolidação do processo de urbanização, que de fato, possibilitou uma integração da maior parte do território nacional, que segundo SANTOS (1998) só foi possível graças aos avanços do meio técnico-científico. Nessa urbanização a fluidez e integração do território se constituirão as bases de poder das grandes empresas, corporações, do grande capital e dos demais agentes hegemônicos.

Desse modo, o território não é apenas o teatro do jogo econômico; ele se torna fator determinante. Tal como ele se organiza para a modernidade, o território é a base comum de operação para todos os atores, mas é sobretudo favorável às corporações. (SANTOS, 1998, p.107).

O Estado, neste contexto, propiciará as condições necessárias de criação e expansão dos equipamentos, a fim de atender os interesses primordiais das empresas hegemônicas. (Ibid).

A produção social do espaço urbano se dará com a participação de alguns agentes sociais inseridos no “jogo” das relações capitalistas e podem ser classificados em três grandes grupos: os agentes privados capitalistas; as classes e frações de classes sociais destituídos de grande poder econômico capitalista; e o Poder Público (Estado).

Todos estes têm estratégias e dificuldades distintas de ocupação e uso desse espaço, embora as ações do Estado favoreçam, direta ou indiretamente, às classes dominantes (domínio econômico-político), gerando conflitos que, no caso da moradia, resultam na segregação espacial e no conseqüente controle social (isto ocorre pela própria dinâmica do sistema social no qual estamos inseridos).

A urbanização brasileira se concentrou em determinados pontos do território nacional, sobretudo na região litorânea do país. No Espírito Santo a urbanização e

ocupação do solo urbano se convergiram para a Região Metropolitana da Grande Vitória, e em especial nos Municípios de Vitória, Vila Velha, e em destaque ao município de Serra, nosso objeto de estudo. Neste município o fator da industrialização, somado à grande disponibilidade de terras foram de fato um dos fatores fundamentais na atração dos imigrantes vindos rumo à Região da Grande Vitória.

Dentro do espaço urbano a ocupação e uso do solo, sobretudo no município de Serra, se dá de forma intensa e caótica. Neste sentido, o Estado (representado pelo poder público municipal e estadual) e a indústria, de maneira conjunta e integrada, são de certa forma, indiretamente responsáveis por esse crescimento “desordenado”.

O Estado exerce o papel de fomentador do processo de industrialização, como os investimentos, na escolha deste município como palco da instalação do Centro Industrial de Vitória (Civit), além da responsabilidade na fiscalização do uso e ocupação do solo urbano (não acontecendo num primeiro momento).

Dessa forma, as indústrias (em especial a grande indústria) instalaram-se no município por conta dos benefícios recebidos, trazendo em sua esteira uma população migrante que buscava emprego e melhores condições de vida, a exemplo da instalação da CST.

É neste sentido que o Estado, enquanto um dos agentes produtores do espaço urbano tem de desenvolver medidas paliativas que sejam fundamentais na reparação destes problemas socioeconômicos inevitáveis no espaço urbano, não podendo estar interessado em beneficiar uma parcela dos demais atores sociais (é isto que se tem percebido atualmente em alguns municípios como em Serra).

Sobre esse significativo papel do Estado, LOJKINE (1997, p. 29) observa:

O Estado não deve ser reduzido a um simples “aparelho” de repressão e de organização pertencente exclusivamente à classe dominante: ele também é objeto de disputa social, é cena política que pode se abrir à representação de interesses contraditórios, contanto que as classes dominadas tenham a capacidade cultural de construir novas racionalidades, mais dignas de crédito do que a racionalidade capitalista baseada na rentabilidade e na delegação de poder.

A urbanização ocorrida no município de Serra se intensificou na década de 80, com a consolidação industrial neste momento da história municipal. A industrialização neste município se deu de forma concentrada. Neste sentido, a urbanização (em grande parte) neste momento se deu ao redor destes centros industriais (Civit I e I).

Esses apresentaram um papel importante no processo de urbanização de Serra, por Induzir a criação de vários conjuntos habitacionais para abrigar os trabalhadores da indústria. Com isso a intensidade da ocupação do espaço municipal será consequência, num primeiro momento, da presença de atividades produtivas e geradoras de emprego, que via de regra, não acompanhou o crescimento acelerado da população municipal, discussão que desenvolveremos no item a seguir.

CAPÍTULO II

A INDUSTRIALIZAÇÃO CAPIXABA E SEUS REFLEXOS NA GRANDE VITÓRIA

Em 1960 a estrutura econômica capixaba dava seus primeiros sintomas de transformação⁴, uma vez que a deficiente estrutura agrícola do estado aliada às questões internacionais como a recessão do valor internacional do café indicava um novo ciclo econômico que o Estado do Espírito Santo teria de trilhar caso estivesse “disposto” a mudar sua fonte de renda econômica para sobreviver.

O modelo de substituição de importação se dinamizou com maior ênfase neste período, já que aconteceu uma contribuição significativa da capacidade empresarial (setor privado), e também da política econômica do governo (setor público) que foram cruciais para a expansão deste novo modelo econômica. (SIQUEIRA, 2001, p.26 e 27).

Para que isso ocorresse o estado teve que passar por um processo de reestruturação econômica⁵ assim como ocorreu em vários outros estados do Brasil. Este processo é resultado, de certa forma, das crises da produção agrícola, que tinha o café como o principal produto. (ROCHA e MORANDI, 1991).

O café já havia se tornado o principal produto capixaba desde o final do século XIX, tendo sido a cultura que substituiu a cana de açúcar, principalmente do sul do estado. A partir deste momento este produto se torna a nova fonte de renda do estado passando a ser cultivado em todo o território, com grande volume de produção, porém tornando a economia estadual extremamente dependente de um único produto dentro da economia nacional ficando, portanto, a mercê das crises produtivas e do não desenvolvimento de outras culturas. (ROCHA e MORANDI, 1991, p.21).

⁴ Até os anos sessenta, a economia capixaba esteve à margem das transformações da economia nacional; tinha sua economia ligada exclusivamente à atividade cafeeira, diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro que já neste período, apresentavam um desenvolvimento em suas estruturas industriais. (FELISBERTO, 1999).

⁵ O termo em questão refere-se ao processo de transição econômica (economia agrícola para economia industrial) acontecida em vários estados do Brasil, assim como no Espírito Santo, sobretudo após os anos 60.

As crises econômicas não se restringiram à década de 1950⁶, e muito menos ao Estado, mas no caso capixaba foi neste momento que verificou-se, de fato, a sua dependência econômica de um único produto, o café, e a deficiência em termos de infra-estrutura para o desenvolvimento de novas formas de produção. Na década de 1960, a atividade agrícola era a mais importante e as atividades industriais muito pouco expressivas. (BITTENCOURT, 1987, p.204).

Essa década ficou marcada pela crise no setor agrícola e pelas concretas e sólidas iniciativas de industrialização, sendo de fato uma das responsáveis pelas mudanças na configuração populacional do estado (população rural e urbana) propiciando o aumento do fluxo migratório, sobretudo para a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), e acarretando com isso o aumento populacional desta região. Nesse período a indústria no Espírito Santo era formada pelos ramos tradicionais, dos quais se destacam os produtos alimentares. Os outros ramos tinham importância menor e dentre os produtos alimentares predominava o beneficiamento de café.

A crise do café⁷, iniciada na década de 60 prolongou-se até o início dos anos 70, mas culmina com a adesão, em dois momentos, (1962 a 1966 e 1967 a 1969) muito expressiva de produtores capixabas à política federal de erradicação dos cafezais⁸. A crise estava instalada e era preciso empreender mudanças para recompor a base produtiva, que havia chegado ao seu fim. O excesso de produção e a queda nos preços internacionais não se configuraram nos principais motivos que levaram a cafeicultura capixaba à crise instalada. (SUPPIN, 2006).

⁶ O café representava em 1950, aproximadamente 90% da exportação para o exterior e 80% das exportações totais do Espírito Santo. (ROCHA & MORANDI, 1991, p.35 apud FELISMERTO).

⁷ Os anos 60 mostraram-se dramáticos para a cafeicultura, fazendo dessa década um período de reestruturação. Por um lado, aprofunda-se a crise no mercado do café com preços declinantes. (ROCHA & MORANDI, 1991).

A crise repercutiu fortemente sobre o desempenho da produção brasileira que mostra uma acentuada queda na produção cafeeira. No período de 10 anos (1958-1968), a produção anual capixaba decresce cerca de 1.0 milhão de sacas. (SUPPIN).

⁸ Foi no Estado do Espírito Santo que a política de erradicação, teve maior impacto, atingiu cerca de 230 milhões de pés de café, transformando áreas anteriormente ocupadas pelo produto em pastagens, contribuindo decisivamente para o fortalecimento do movimento migratório, sobretudo, para os municípios da Região da Grande Vitória. (SUPPIN, 2006).

Esse período coincidiu com o momento do esgotamento das reservas de terras férteis⁹ para o café no Espírito Santo. Sem novas terras que proporcionassem a exploração da fertilidade natural ao solo, o modelo produtivo da produção familiar, tal como vinha historicamente se reproduzindo entra em falência – é que a forma predatória como a agricultura era realizada, exauria os solos em pouco tempo, havendo a necessidade de mais terras para que a produção pudesse continuar.

Neste contexto, a grande maioria da população capixaba vivia no meio rural¹⁰, residindo, sobretudo em maior proporção em pequenas e médias propriedades, desenvolvendo suas atividades econômicas de forma arcaica, como comentada anteriormente, e tendo o cultivo do café como principal produto agrícola.

Com a crise do café, somada à erradicação da plantação do produto, as consequências para a economia capixaba não foi a das melhores, agravando a situação sócio-econômica do estado, que de fato foi um dos estados brasileiros que mais sofreu com este momento econômico, uma vez que as bases estruturais que sustentavam a economia cafeeira se apresentavam obsoletas já para aquele momento.

A crise da agricultura relacionada à baixa do preço internacional do café, somada a política do governo federal de erradicação dos cafezais improdutivos, que no Espírito Santo naquele momento histórico representava uma parcela significativa da parte da plantação, fez com que grande parte da população rural, sendo a maioria composta de pequenos e médios proprietários, e também os trabalhadores do regime de parceria, vendesse suas terras, visto que não tiveram um apoio efetivo tanto do governo estadual e federal em buscar novas alternativas relacionadas à atividade agrícola para substituir o café. Foram liberados no estado cerca de 180 mil trabalhadores (acarretando a liberação deste grande contingente da mão-de-obra).

⁹ Em junção do alegado caráter antieconômico e da baixa produtividade de sua lavoura, no Espírito Santo o esgotamento das terras férteis eram consequências não só das condições de clima e relevo, como também da pequena capitalização e da quase inexistência de aplicação de técnicas modernas tanto para o cultivo, como para o beneficiamento desse produto. (LORENÇÃO, 2003).

¹⁰ No final da década de 1960, 68,1% da população economicamente ativa (PEA) estava empregada no setor agrícola. Desse percentual, 80% era absorvido pela lavoura de café. A atividade cafeeira, nesse período gerou 22,1 % da renda interna estadual. (ROCHA & MORANDI, 1991, p. 47-48 apud FELISBERTO).

Deste, uma parte foi para o Rio de Janeiro, São Paulo e o norte do país, a outra, para a capital do estado e para os municípios vizinhos como Vila Velha, Cariacica e Serra. (CASTIGLIONI, 1994).

De acordo com o senso do IBGE da década de 50, aproximadamente 20 mil pessoas migraram para a Grande Vitória, visando melhores condições de vida e oportunidade de trabalho nas primeiras indústrias instaladas no estado. Uma parte dos empregados foi aproveitada nas novas atividades econômicas desenvolvidas, com na extração de madeira, na pecuária e nas propriedades que promoveram a diversificação da produção agrícola com o dinheiro da indenização do governo. (ROCHA E MORANDI, 1991, p. 50).

O crescimento populacional da Grande Vitória intensificou os problemas sócio-econômicos formando bolsões de pobreza na região, uma vez que as cidades não estavam preparadas para lidar com essa nova fase da mudança conjuntural da população relacionada ao intenso êxodo rural e modificação de suas bases produtivas e sociais.

Em meados dos anos 60 expandiu-se significativamente a pobreza nos municípios da Grande Vitória, resultante do crescimento “desordenado” que esta região começou a enfrentar na medida que acentuou a deterioração das condições de vida da metade da população trabalhadora, que, através da falta de condições de moradias, alocada em favelas e bairros carentes, expressavam a precariedade dos salários. Segundo SIQUEIRA (2001, p.112):

[...] Aos rendimentos baixos associavam-se além das condições subnormais de moradias, as péssimas condições de transporte coletivo, saúde, educação, os índices de nutrição insatisfatórios e a exposição à mortalidade prematura e à marginalidade.

Nesta década, segundo SANTOS (1982), a economia capixaba chega a uma situação crítica. O atraso do Estado, relativo aos grandes centros do país, a desorganização do seu sistema produtivo e a incapacidade de operar uma diversificação econômica, faz com que se busque, através de incentivos fiscais,

subsídios e investimentos diretos em infra-estrutura e sistema viário, o impulso necessário para que se dê o procedimento de industrialização no Espírito Santo. Ocorre, então, um período da transição econômica, onde se pretende a passagem da economia calcada no setor primário exportador para uma economia industrial.

Após os primeiros projetos políticos de cunho industrial no Espírito Santo resultados dos investimentos internos, os governos estadual e federal¹¹ estimularam a vinda de investimentos nacionais de iniciativas públicas e privadas e de estrangeiros para o estado. Desde a década de 50, o estado já vinha recebendo alguns investimentos em infra-estrutura portuária, viária, ferroviária, no setor energético, que de fato ajudaram a melhorar as relações comerciais do Espírito Santo com outros estados. Estes melhoramentos em infra-estrutura foram fundamentais para a atração dos chamados Grandes Projetos, sobretudo após a década de 1970.

Assim, segundo PEREIRA (1997), em 1975 o estado passa por um período de extraordinário crescimento industrial. Contudo, a maior parte dos estabelecimentos industriais era de predominância de pequenos e médios estabelecimentos. Desta maneira a indústria capixaba se apresentava, quanto a sua estrutura, de forma periférica se comparadas aos grandes centros industriais do Brasil.

[...] A estrutura desse setor vai reverter a partir daquela data, com a presença marcante dos grandes projetos industriais, vinculados a grandes investimentos estatais e estrangeiros, que vão inaugurar uma nova fase da economia capixaba: a da inserção do Espírito Santo no modelo de crescimento da economia brasileira, que, por sua vez, estaria ligado às formas de articulação do capital internacional. (SIQUEIRA, 2001, p.117).

O Governo capixaba desenvolve políticas a fim de maximizar os recursos voltados para a implantação dos projetos criando setores e órgãos governamentais com o

¹¹ Segundo ROCHA & MORANDI (1991), O Plano de Metas foi o primeiro e mais importante plano de desenvolvimento econômico de natureza planejada, que apesar de não ter concentrado investimentos no estado, mas no eixo Rio - São Paulo, apresentou alguns projetos estratégicos/ prioritários que foram implantados no território capixaba, determinando certa expansão da indústria local, como também na contribuição na formação da infra-estrutura capixaba, para melhor atender ao setor industrial.

intuito de organizar, financiar e administrar os recursos e dá incentivos fiscais disponibilizados à industrialização, propiciando desta maneira uma estrutura para o desenvolvimento capixaba. Dentre as quais podemos citar:

- CODES (Conselho de Desenvolvimento do Espírito Santo), empresa de economia mista, criada em 1967, responsável Pelo planejamento e coordenação das políticas de desenvolvimento local e fomento as atividades produtivas com base em recursos de fundos públicos estaduais e extra-estaduais.
- CODES-CRED (Créditos, Financiamento e Investimentos S/A), criado em 1967, subsidiária do CODES tinha o objetivo de captar recursos junto ao público, tinha ainda a função de financiamento para a indústrias novas e aparelhamento e modernização de indústrias pré-existentes. No ano de 1968 é criada a corretora de títulos e valores, em 1971 a corretora de seguros e no ano seguinte a corretora, fechando assim a sistema financeiro estadual.
- BANESTES (Banco do Estado do Espírito Santo S/A), criado em 1969, surge da transformação do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo. Passaria a atuar como banco comercial em empréstimos de curto prazo, inclusive com capital de giro para as empresas. Como banco oficial do Estado poderia exercer transações com o próprio estado e suas empresas.
- BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo), criado em 1969, assume a função de ser a principal agência de fomento de Estado, voltado para a coordenação e financiamento do desenvolvimento e da implantação industrial.
- FUNRES (Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo), criado em 1969, tem por finalidade prestar assistência financeira, sob forma de participação acionária e de operação de crédito a empreendimentos industriais a agropecuários.

- GERES (Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo), criado em 1969, tem a função de disciplinar a aplicação dos recursos dos incentivos fiscais depositados no BANDES, inclusive aprovando projetos, planos, pesquisas e estudos relativos à recuperação econômica do Espírito Santo.
- SUPPIN (Superintendência dos Projetos de Polarização Industriais), criada em 1971 atuaria como agente de política industrial à medida que visava desenvolver estudos, determinando a localização de indústrias. Da sua atuação surge o Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT).

Para SANTOS (1982), este sistema de incentivos possibilitou o aparecimento de um número significativo de novos empreendimentos no Estado, apoiando as indústrias de pequeno e médio porte, principalmente a indústria de transformação e extrativa mineral. Por outro lado, segundo a autora, houve o predomínio de financiamentos para empreendimentos localizados na Grande Vitória – 69% dos empreendimentos financiados¹² – contribuindo para o agravamento da concentração urbana.

Estas iniciativas do governo do estado em promover o desenvolvimento industrial no Espírito Santo, sobretudo na Grande Vitória, através da construção do Centro Industrial de Vitória (Civit), nossa área de estudo, a implantação da Campanha Vale do Rio Doce (CVRD) e Compainha Siderúrgica de Tubarão (CST) propiciaram a intensificação da migração para esta região.

[...] Esta região foi o “*lócus*”, por excelência, da centralização dos grandes investimentos industriais, que exigiram amplo mercado de trabalho, o que aliado às condições de decadência da agricultura, transformou Vitória e seus municípios limítrofes na direção preferencial dos fluxos migratórios. (SIQUEIRA, 2001, p.136)

¹² Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado do Planejamento, Sinopse da Situação Sócio-Econômica do Espírito Santo, 1978, p.31.

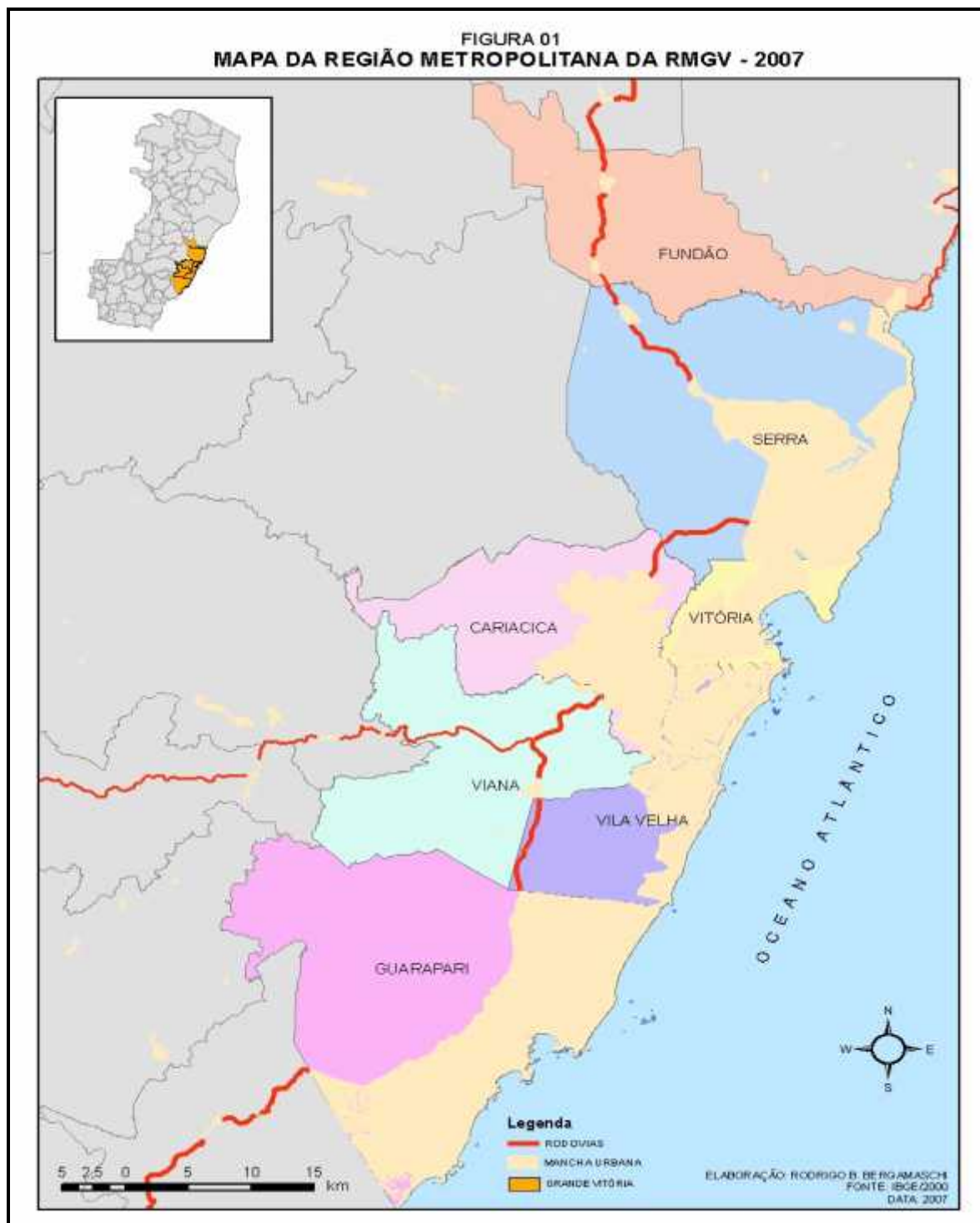
Neste sentido, o processo de urbanização da Grande Vitória se desenvolveu a uma grande velocidade, com uma forte concentração do espaço urbano que, sobretudo aconteceu de forma caótica em alguns pontos do território sendo resultante da intensa migração, atraída pelo aceleração da industrialização nesta região. A tabela 1 demonstra as transformações na configuração da população (rural e urbana) ocorridas no Espírito Santo e na Grande Vitória, no período que vai de 1950 a 1980.

Tabela 1
Taxas de crescimento populacional da Grande Vitória

Ano	População total		Taxa anuais de crescimento		% da população da Grande Vitória em relação à do Espírito Santo
	Espírito Santo	Grande Vitória	Espírito Santo	Grande Vitória	
1950	957.238	110.931	1,9	1,9	11,6
1960	1.418.384	198.265	4	6	14
1970	1.599.333	385.998	1,2	6,9	24,1
1980	2.023.340	706.263	2,4	7	34,9

FONTE: FIBGE: Dados do Censo dos anos citados

O mapa abaixo mostra os municípios que compõem atualmente a Região Metropolitana da Grande Vitória¹³.



¹³ Os municípios de Guarapari e Fundão se tornaram membros da Região Metropolitana após a década de 1990 e não entram na análise desta pesquisa.

O início dos anos 50¹⁴ foi caracterizado pelo crescimento econômico gerado pela expansão agrícola no Espírito Santo oriundo da boa fase do comércio do café, que era o principal produto agrícola do estado, favorecendo a expansão agrícola no norte capixaba.

A Região da Grande Vitória, neste período, começa a ter uma importância significativa na conjuntura estadual, apresentando um rápido crescimento econômico se tornando um centro de atração populacional. Contudo, as taxas de crescimento populacional eram iguais às do Espírito Santo.

A Região da Grande Vitória, durante a década de 70, sofreu o processo de explosão populacional e demográfica, já que era a região de destino da imensa população de migrante de várias partes do Espírito Santo, atraída por melhores condições de vida. Contudo, grande parte desta população ficou excluída do mercado de trabalho, uma vez que a oferta de emprego gerado pelas indústrias era insuficiente em atender toda crescente força de trabalho disponível neste momento histórico, diga-se de pouca qualificação profissional, “forçando” esta mão-de-obra de reserva a procurar emprego nas atividades de baixa remuneração e nas atividades econômicas do setor informal.

Durante a década de 80, com a consolidação da economia industrial no estado, sobretudo na Grande Vitória, as taxas anuais de crescimento nesta região chegam ao seu maior nível. A população da mesma já representava 34,9 % da população do Espírito Santo. Isto é reflexo da concentração dos postos de trabalho desta região, demonstrando a dependência da economia capixaba para com a Grande Vitória. Esta década de fato foi uma das mais importantes na história populacional do

¹⁴ Contudo, a partir da segunda metade desta década começa a perceber um processo de crise do café, conseqüência da queda dos preços internacionais do produto. Isso representou o ponto de partida para um conjunto de importantes transformações econômicas que posteriormente, vieram a conformar a estrutura produtiva econômica capixaba, delineando efetivamente o processo de transição de uma economia tipicamente rural-exportadora para uma de cunho urbano industrial. (FELISBERTO, 2003, p.129).

Ao mesmo tempo em que ocorria a crise do preço do café, ao longo dos anos 50, a economia do Espírito Santo foi impactada de forma positiva pelo início da implantação de importantes projetos industriais, de acordo com as diretrizes do plano de metas. Essa política desenvolvimentista, que tinha como objetivo a consolidação da base produtiva da indústria nacional, acabou apresentando repercussões positivas sobre o parque industrial capixaba. (ROCHA E MORANDI, 1991, p. 79).

estado, as bases do desenvolvimento industrial já estavam traçadas. Neste período a população urbana (64,2%) torna-se maior que a população rural (35,2 %).

A formação da Região Metropolitana da Grande Vitória, cujo mapa 1 mostra sua configuração atual, e as questões que a envolvem são o resultado de um processo de adensamento industrial e, conseqüentemente, populacional e urbano, que se processou por mais de três décadas, iniciando-se com a instalação dos chamados “grandes projetos de impacto” na década de 1970 e início da de 1980, principalmente nos municípios de Vitória e Serra.

Essa transformação de ordem local estava inserida dentro do modelo de crescimento determinado pelo governo federal centrado na expansão dos setores produtores de bens intermediários industriais (aço, minério de ferro aglomerado, celulose etc.).

No Espírito Santo esse processo resultou principalmente da expansão da Companhia Vale do Rio Doce e da implantação da Cia. Siderúrgica de Tubarão, da Samarco Mineração e da Aracruz Celulose. Os Grandes Projetos Industriais foram cruciais para o setor industrial do Espírito Santo, pois marcaram um novo momento histórico na economia capixaba. Antes de 1975 a estrutura industrial do estado era de predominância de pequenas e médias indústrias reafirmando a condição periférica da economia capixaba perante em relação à economia nacional.

As políticas do governo estadual visando promover o desenvolvimento econômico do Espírito Santo a fim de alinhar a economia capixaba perante a nacional e estrangeira, representadas pela implantação dos Grandes Projetos, possibilitaram o aumento da importância econômica industrial do estado em relação os demais estados da União.

TABELA 2
Participação dos setores econômicos na renda líquida do Espírito Santo
Preço corrente 1960-1979

Ano	Setor agrícola	Setor industrial	Serviços	Renda Líquida
1960	49,90%	5,90%	44,20%	100
1970	23,10%	17,30%	59,60%	100
1979	16,40%	29,40%	54,20%	100

Fonte: UFES-NEP

Esses Projetos Industriais consolidam a concentração populacional na Região Metropolitana da Grande Vitória, que em pouco tempo já abrangia grande parte da população do estado. O aumento da população urbana destes municípios é resultado das migrações intermunicipais e interestaduais.

A tabela a seguir mostra a dinâmica populacional da população urbana e rural entre as décadas de 1970 e 1980 na região da Grande Vitória.

TABELA 3
Grande Vitória: Dinâmica populacional 1970-1980
População Urbana e Rural (%)

Ano	1970		1980	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Município				
Cariacica	68,5	31,95	97,97	2,03
Serra	46,15	53,85	97,25	2,75
Viana	15,42	84,58	79,45	20,55
Vila Velha	98,45	1,55	99,5	0,5
Vitória	99,25	0,75	100	—

Fonte: IBGE - dados dos censos dos anos citados

Nota: dados organizados pelo autor.

Conforme a tabela 3, a Região da Grande Vitória, a partir de 1960, passou por rápido crescimento populacional. Este foi resultado das intensas migrações, pela taxa de natalidade e pelo expansivo crescimento econômico relacionado ao desenvolvimento da industrialização no estado, sobretudo, nessa região.

A tabela em questão deixa visível que na década de 1970, os municípios de Vitória e Vila Velha, possuíam uma concentração populacional quase plena, no meio urbano. A concentração populacional no meio urbano em Vitória, nesta década, é reflexo da especificidade assumida por este município na conjuntura econômica do estado em ser capital e centralizadora das políticas governamentais.

Este caráter de alta concentração populacional urbana em Vitória propiciou, entre outras coisas, o agravamento dos problemas sociais nessa região.

[...] Assim, enquanto os Grandes Projetos Industriais ganhavam força concreta, ampliando o setor da construção civil e beneficiando, em princípio, amplos contingentes de trabalhadores desqualificados saídos do campo, Vitória passava a conhecer inúmeros problemas urbanos, que formaram ao seu redor, evidenciando as mais sérias experiências com populações periféricas. (SIQUEIRA, 2001, p.102).

Vila velha, não se destacou neste momento como município agrícola. Sua especificidade era de município habitacional, porém a elevada concentração populacional no meio urbano esta desvinculada a industrialização deste município, a qual foi irrisória se comparada aos demais. O setor industrial que se destacou em Vila Velha foi o de produtos alimentícios e no final desta década começa a expandir a indústria de confecção.

O município de Viana, durante a década de 1970, analisado na tabela 3, é de fato o menos desenvolvido economicamente, uma vez que a dependência do setor do agrícola é evidenciada pela forte concentração populacional no espaço rural (84,58%). A população urbana deste município era composta, em sua maioria, por trabalhadores com baixas qualificações e baixo poder aquisitivo, se comparada aos demais municípios.

O município de Cariacica, durante a década de 1970, apresentava uma concentração populacional significativa no espaço urbano. O processo de crescimento populacional neste município começou a aumentar na década de 1960 influenciado pelo acelerado crescimento industrial ocorrido nesta década. Contudo o desenvolvimento social, relacionado às melhorias das condições de vida da população como o aumento do poder aquisitivo, não acompanhou o desenvolvimento econômico industrial no município.

O município de Serra, durante a década de 1970, ainda apresentava maior concentração populacional no espaço rural. Na década anterior este município era predominantemente agrícola, apresentando uma estrutura fundiária baseada nas pequenas propriedades. Na década de 1970 a significância do espaço urbano começa a aumentar com a expansão dos loteamentos e dos primeiros conjuntos habitacionais¹⁵.

Essa década pode ser caracterizada como o divisor de águas¹⁶ para o município, uma vez que as políticas de desenvolvimento industrial começam a se concentrar neste município, já que este apresentava as melhores condições de infra-estrutura, localização próxima à capital, todavia, os problemas sociais vão se intensificar neste município sendo resultantes de crescimento expansivo e desacelerado da população, que em termos proporcionais de crescimento foi o maior entre os municípios analisados.

Este processo desenvolveu-se acompanhado da baixa qualidade de vida da população e de grandes problemas urbanos, uma vez que Serra não possuía infra-estrutura para suportar a expansão socioeconômica que estava acontecendo.

Na década de 1980 a Grande Vitória, assim como no estado do Espírito Santo, concentrou no meio urbano a maioria da população, desenvolvendo as atividades

¹⁵ Os conjuntos habitacionais construídos durante a década de 1970 foram: São Diogo II (1975), Chácara Parreiral (1976), Parque Residencial Laranjeiras (1977), Carapina I (1977), São Diogo I (1978), Mata da Serra (1979), Eurico Salles (1979) e José de Anchieta (1979). COHAB- ES e INOCOOP- ES.

¹⁶ É nos anos 70 que a economia do município de Serra se dinamiza com os grandes investimentos industriais como a criação do CIVIT, nosso objeto de estudo.

tipicamente urbanas. Porém, essa concentração populacional foi inversamente proporcional à capacidade de absorção da mão-de-obra nas novas atividades criadas e expandidas nesta região.

Esses problemas, como a falta de moradias adequadas, desemprego, salários baixos, falta de saneamento básico nos bairros dos municípios e a segregação espacial foram os principais reflexos dessa situação socioeconômica que atingiu o estado.

A região da Grande Vitória começou a enfrentar há pelo menos 30 anos a expansão da pobreza em seus municípios à medida que acentuou a deterioração das condições de vida da população trabalhadora que, através das condições de moradia, alocada em favelas e bairros carentes, expressavam as condições de miséria.

Os estudos do Instituto Jones dos Santos Neves, de 1979, neves mostram que a maior parte da população que migrou para a Grande Vitória ficou alojada em áreas irregulares, nos morros, mangues, áreas invadidas, favelas e bairros populares, somando cerca de 180 mil habitantes.

Essa constatação permite-nos analisar a forma de uso e ocupação do solo urbano da Grande Vitória, já que a maioria dessa população não terá acesso às condições mínimas e dignas de sobrevivência, se estabelecendo em áreas sem condições mínimas de moradia.

CAPÍTULO III

INDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO POPULACIONAL DE SERRA

3.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO DE SERRA

O município de Serra está localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória e compreende um território de aproximadamente 574 quilômetros quadrados de extensão, apresentando um relevo diversificado, com planícies, serras, terrenos alagados e região de tabuleiros.

Sua localização geográfica é determinada pelo paralelo 20° 07'43" de latitude sul e 40° 18'28" de longitude oeste; é cortado pela BR 101 a qual favorece seu fluxo de ligação com os principais centros econômicos industriais e financeiros do país, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

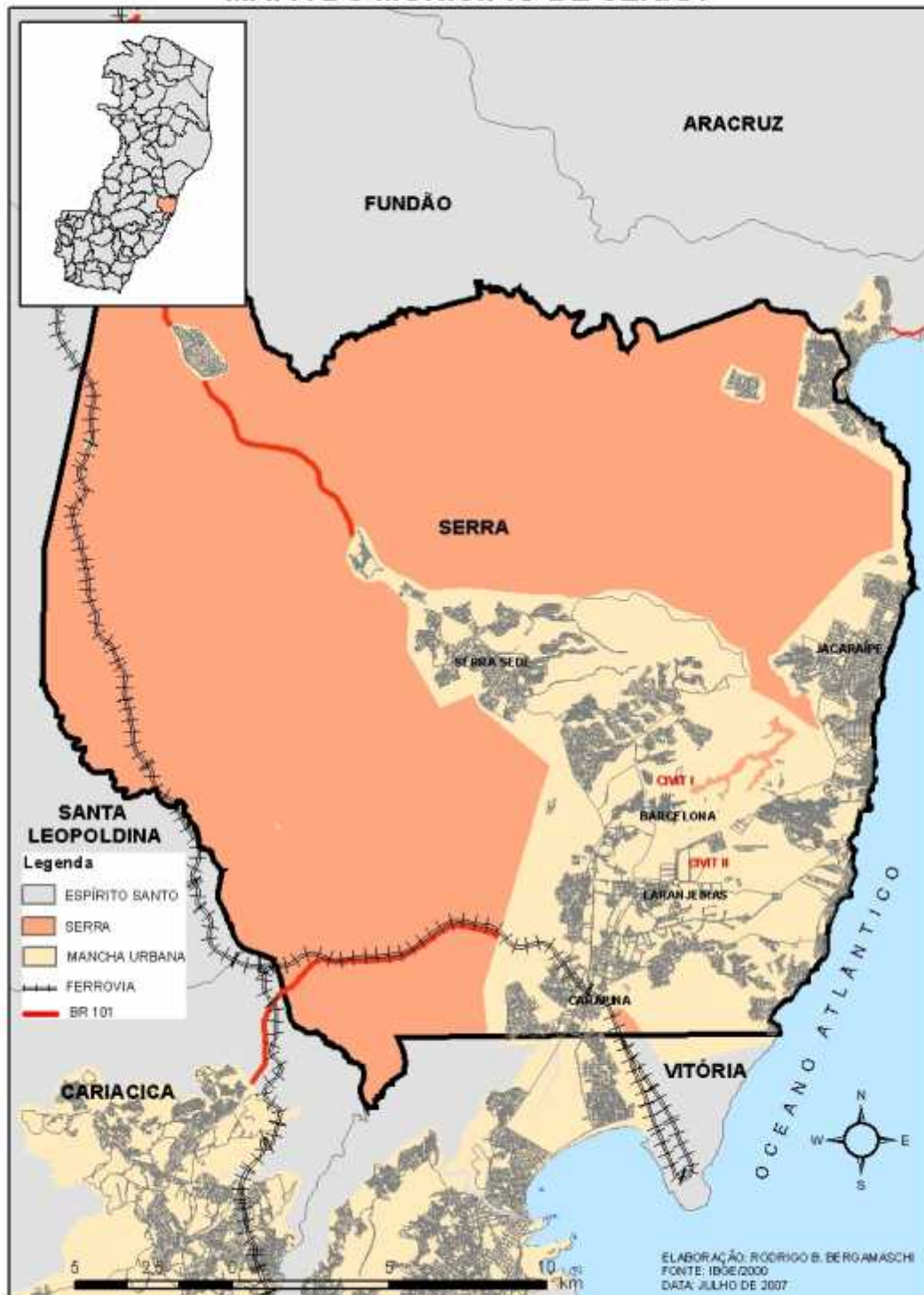
Esse município, localizado ao norte de Vitória, distante 28 quilômetros da capital, faz fronteira ao norte com o município de Fundão, ao sul com Cariacica e Vitória, a oeste com Santa Leopoldina e a leste com o Oceano Atlântico como podemos observar no mapa a seguir.

A Serra está hoje entre os municípios mais importantes do Espírito Santo em termos econômicos apresentando uma relevante dinâmica econômica, sobretudo a grande importância em termos industriais, tendo atualmente a maior concentração de indústrias do estado.

É hoje o município mais industrializado do estado. Suas indústrias concentraram em 2006, segundo os dados do IBGE, 64,10 do Produto Interno Bruto (PIB) do município. Apresenta uma população de 407 mil pessoas, constituindo-se, assim, como o 2º município mais populoso do Espírito Santo.

Hoje, segundo a prefeitura municipal, apenas 1,5 mil habitantes residem na área rural, e com isso a taxa de urbanização chegou a 99,51%. Neste sentido, podemos afirmar que a Serra é um município tipicamente urbano.

FIGURA 02
MAPA DO MUNICÍPIO DE SERRA



3.2 CRESCIMENTO POPULACIONAL E EXPANSÃO INDUSTRIAL DE SERRA

O município de Serra até a década de 1960 era considerado um município predominantemente rural, tendo sua economia voltada para o cultivo do café que já estava em processo de decadência, devido à conjuntura econômica que o Brasil estava passando pelo fato do preço do café ter caído no mercado internacional. Este problema econômico, conforme vimos anteriormente refletiu, sobretudo, em alguns estados como o Espírito Santo em que até o início da década de 1970 era o único estado da região Sudeste que tinha como eixo central de seu desenvolvimento a agricultura. (SANTOS, 1982, p.29)

Contudo, a estrutura econômica deste município começa a se transformar devido ao processo de industrialização ocorrido no início da década de 1970 com a criação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT). Este fator teve repercussão imediata quanto à organização espacial municipal da Serra, uma vez que o aumento populacional e de urbanização impactaram o território serrano de diversas maneiras.

Gráfico 1

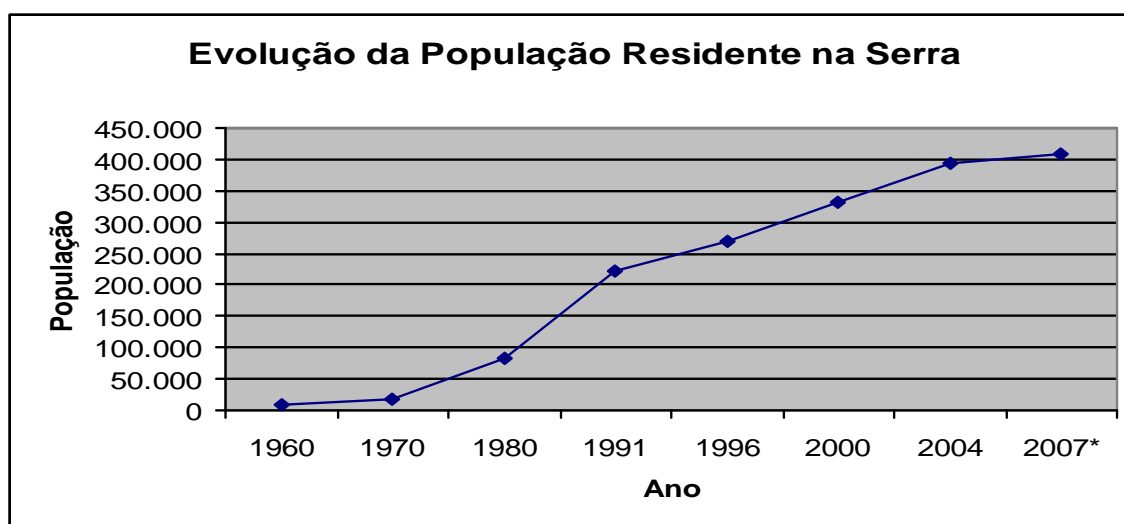


Gráfico 1- Evolução da população Residente na Serra: 1960 A 2007

Fonte: IBGE e PMS.

Organizado pelo autor.

* os dados deste ano são uma estimativa feita pela PMS.

Conforme o gráfico 1, podemos perceber que o maior aumento populacional, em termos percentuais, se deu entre as décadas de 1970 e 1980. Isto é justificado pelo aumento populacional ocorrido no município. Concomitante a esse fato, o estado do Espírito Santo estava passando pelo período conhecido como “Reestruturação Produtiva”, ou seja, de Transição Econômica¹⁷. Com isso o governo estadual começa a programar medidas políticas a fim de viabilizar o processo de industrialização no estado, inicialmente voltado para os municípios de Cariacica e Viana.

Após a reorientação do sistema de exportação de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a região norte de Vitória e a construção do Porto de Tubarão, o município de Serra passa a ter as melhores vantagens para os investimentos industriais, passando pouco tempo depois a ser já considerado o município mais industrializado do estado do Espírito Santo. (SUPPIN, 2006)

Tal fato repercutiu na alteração da população do município de Serra, conforme podemos observar na tabela abaixo.

TABELA 4
Evolução da População da Serra (População Rural e Urbana: 1940 a 1980)

Ano	População Rural	População Urbana	População Total
1940	4.278	2.137	6.412
1950	6.579	2.666	9.245
1960	5.747	3.445	9.192
1970	9.304	7.980	17.286
1980	2.267	80.314	82.581

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1940 a 1980

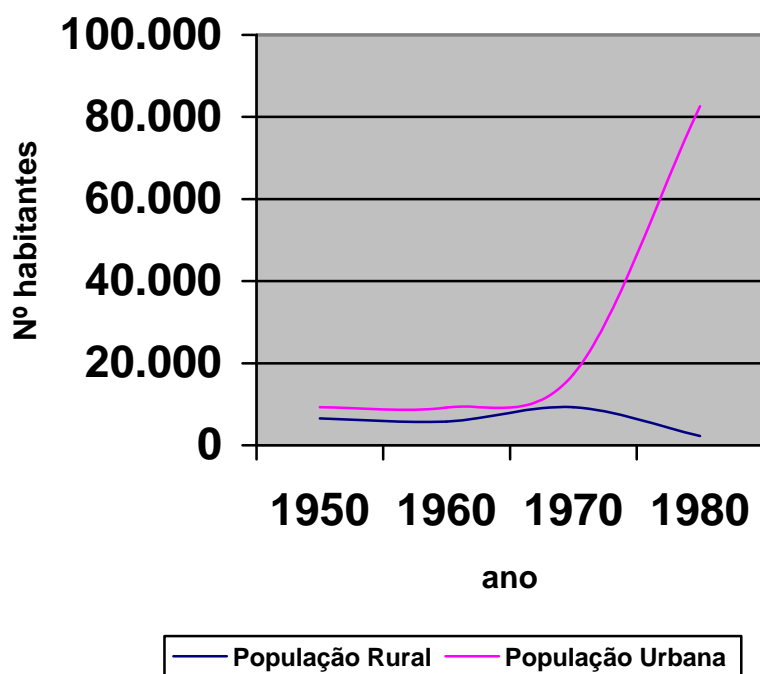
¹⁷ Segundo SANTOS (1982), já no fim da década de 1960 os incentivos fiscais, subsídios e os investimentos diretos em infra-estrutura e no sistema viário se caracterizaram como o impulso necessário para que ocorresse o processo de industrialização no Estado. Neste período da transição econômica se pretendeu a passagem da economia calcada no setor primário exportador para uma economia industrial.

Nota: Dados organizados pelo autor.

Conforme pode se observado na tabela 5 e no gráfico 2, a população da Serra nas décadas de 1950 e 1960 era extremamente pequena, a maior parte desta morava no meio rural, como já mencionado. A economia deste município se concentrava nas atividades rurais, mostrando assim a pequena participação econômica deste município na conjuntura socioeconômica do Espírito Santo.

Gráfico 2

Evolução da População Urbana da Serra



Fonte: IBGE: Censos demográficos de 1940 a 1980.

Ilustração organizada pelo autor.

Conforme o gráfico 2, o aumento significativo da população de Serra¹⁸ se verifica a partir da década de 1970 quando a população aumentou 89%. Este aumento populacional está diretamente relacionado às fortes políticas de industrialização do

¹⁸ Segundo ABE (1999), o crescimento vertiginoso apresentado na população do município de Serra está associado diretamente ao processo de industrialização, concentrado, sobretudo na Grande Vitória.

governo estadual direcionadas a este município, contudo continua tendo um forte traço rural.

Na década de 1980 a estrutura populacional deste município se dinamiza por completo. A população apresenta um aumento explosivo na ordem de 478% se comparada à década anterior, chegando a 82.581 habitantes. Deste total, 97,25 % já estava concentrado no meio urbano. (IBGE, 1980).

Esta transformação da população no município de Serra, nesses anos analisados, conseqüência do processo de industrialização que aliada a outros fatores¹⁹ possibilitou a atração de um grande contingente de imigrantes, acarretando em uma urbanização rápida, porém de modo geral, propiciando o aumento dos problemas sociais.

O processo de imigração populacional ocorrido, de modo geral, na Grande Vitória começou a ser tornar realidade, sobretudo já na década de 1950. Ganha força maior na década de 1960 com a política de erradicação do café no interior capixaba, fazendo com que inúmeras famílias, desmotivadas e sem alternativas quanto à agricultura, vendessem as suas terras e vieram para a Grande Vitória, acentuadamente nos anos 60. (IJSN 1979).

Desta forma, aconteceu a nível estadual, a criação das chamadas políticas de reestruturação econômica com a criação de alguns órgãos com a SUPPIN (Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial), FUNDAP, (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias), e GERES, (Grupo de Recuperação Econômica do Espírito Santo), de modo a conceder incentivos fiscais às empresas que aqui se instalassem, atraindo agora não somente os migrantes do interior capixaba, mais também do leste de Minas Gerais e Sul da Bahia. A tabela 6 destaca essas iniciativas do governo capixaba, ajudou em grande parte para as transformações, a nível populacional, da Grande Vitória.

¹⁹ Conforme o IJSN. Proposta de ordenamento urbano do município de Serra: Versão Preliminar de 1979, a grande disponibilidade de terra que a Serra apresentava neste período foi de certa maneira um grande diferencial deste município se comparado aos demais da Grande Vitória e isso foi fundamental, segundo este estudo, na atração de imigrantes para o município em questão.

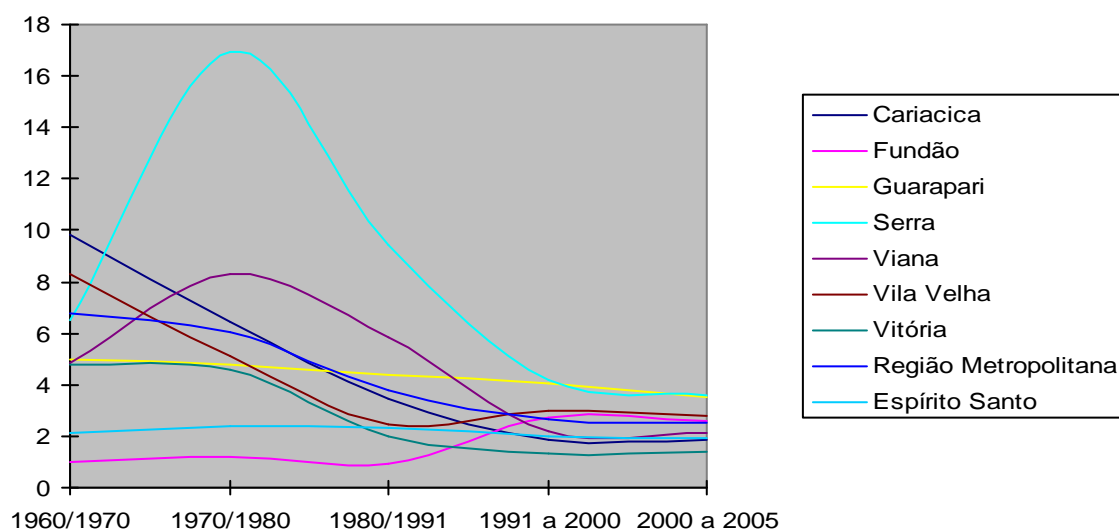
Tabela 5
Taxa Média de Crescimento Geométrico da População Residente na Região Metropolitana da Grande Vitória.

Município	1960/1970	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2005
Cariacica	9,86	6,43	3,45	1,87	1,85
Fundão	0,98	1,21	0,93	2,74	2,57
Guarapari	4,96	4,79	4,38	4,07	3,52
Serra	6,52	16,93	9,41	4,18	3,00
Viana	4,83	8,33	5,86	2,22	2,15
Vila Velha	8,33	5,1	2,45	2,98	2,70
+ Vitória	4,79	4,56	2,02	1,36	1,40
RMGV	6,80	6,07	3,80	2,65	2,50
Espírito Santo	2,11	2,38	2,31	1,96	1,93

Fonte: IBGE 2006, IPES

Representação gráfica:

Gráfico 3



A tabela 5 deixa evidente que o crescimento populacional do município de Serra na década de 1970 foi o maior do estado, apresentando uma taxa de crescimento

médio populacional na ordem de 16,93, resultado do crescimento industrial deste município. Até hoje, continua sendo um dos maiores do Espírito Santo. Hoje é o segundo município mais populoso do estado ficando atrás de Vila Velha, mas mantidas as taxas de crescimento atuais, em pouco tempo será o mais populoso do Espírito Santo.

3.3. - O BOOM INDUSTRIAL DA SERRA PÓS-ANOS 70 COM A CRIAÇÃO DO CIVIT

Conforme discutimos anteriormente, até a década de 1960, o município de Serra tinha sua economia voltada totalmente à atividade agrícola e a base produtiva era a atividade cafeeira, portanto a Serra caracterizava-se por ser um município rural.

A erradicação dos cafezais, patrocinada pelo Governo Federal, em meados da década de 50 e começo dos anos 60, segundo CASTIGLIONI (1994), e nos termos aqui analisados, acabou provocando um intenso êxodo rural, uma vez que, houve a modificação no modelo de desenvolvimento, antes arraigado na agricultura, praticadas em pequenas propriedades agrícolas predominantes no interior, para então adotar a política industrializante e, portanto, urbana.

O município de Serra, como a maioria dos outros municípios brasileiros que passaram por esse processo, sofreu as conseqüências dessa conjuntura econômica, que de fato contribuiu para as formulações políticas do governo do Estado em reestruturar a economia capixaba, voltada para novas atividades como a implantação de projetos industriais. Inicialmente, o município não recebeu investimentos significativos, pois o governo tinha a intenção de investir de fato no eixo sul e desta maneira os municípios de Viana e Cariacica foram os escolhidos para darem o passo inicial da industrialização no estado do Espírito Santo.

O rumo do desenvolvimento econômico e industrial da Serra começa a mudar após a reorientação do sistema de exportação de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a região norte de Vitória e a construção do Porto de Tubarão que começa a funcionar no ano de 1966 aumentando com isso o crescimento

econômico do município, uma vez que o mesmo se torna um atrativo para a industrialização, já que apresentava uma excelente localização, e topografia dentre outros pontos positivos. (SUPPIN, 2006).

O Governo do Estado, através do projeto de viabilidade industrial realizado pela Clan S/A²⁰, escolhe o planalto de Carapina pela acessibilidade no valor, disponibilidade dos terrenos e da área para a implantação do CIVIT. Após o projeto ser legalizado começa o processo de desapropriação das propriedades locais, em alguns casos foram possíveis só com a intervenção da justiça. Esta área destinada à criação do CIVIT era estratégica, já que era vizinha da área que a CVRD e a Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) tinham na ponta de Tubarão destinada à construção de uma grande usina siderúrgica integrada. O CIVIT de fato foi planejado a fim de ficar ao lado da siderurgia, pois as empresas que se instalassem no local seriam favorecidas pela cadeia produtiva do aço (SUPPIN 2006).

Contudo, não ocorreu inicialmente a criação da siderúrgica. Isto nos remete a analisar que a existência ou não desta influenciando diretamente no conceito de utilização da área conforme a CLAN havia proposto se não existisse a siderúrgica, essa área seria chamada de Distrito Industrial, por ser uma região destinada somente à construção de indústrias. *“Caso o projeto da siderurgia fosse implantado, a região seria considerada Centro Industrial, por abranger uma área destinada a indústria, outra à habitação e mais uma área para serviço de apoio às duas anteriores”* (DÜENK, 31 out. 2005)²¹.

Essa barreira inicial fez com que a Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (SUPPIN), órgão do Governo Estadual, criado em 1971, com o objetivo de atuar como agente de política industrial e desenvolver estudos de localização de indústrias, dentre outras competências, desenvolvesse somente o CIVIT 1, com

²⁰ A CLAN S.A. Consultoria e Planejamento, criada na Bahia nos anos 50, consagrou na atividade de promover projetos de desenvolvimento para o setor público e na elaboração e acompanhamento de projetos para a iniciativa privada. No Espírito Santo teve uma importância significativa; venceu o edital a nível nacional para o projeto do CIVIT.

²¹ Manfred Walter Düenk foi Superintendente Geral da SUPPIN no período de 12/02/1971 a 05/05/1983. Entrevista concedida à SUPPIN. IN: livro SUPPIN 35 anos Apoio ao Desenvolvimento do Espírito Santo.

área de 170 hectares, sendo financiada pela CVRD e pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo(BANDES), criado em 1969, com objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico do Estado. (SUPPIN, 2006).

Em 1970, segundo a SUPPIN, os estudos de pré-viabilidade são concretizados e passa agora para a elaboração do projeto executivo, no qual o desenvolvimento de projetos urbanísticos seria definido por critérios técnicos. Isso legalizou a implantação do Centro Industrial. A SUPPIN ficou responsável por fazer o plano diretor, que consistia em pavimentar, criar sistemas de água, de esgoto, elétrico, pluvial e elaborar o projeto urbanístico.

O CIVIT foi criado com a finalidade de ordenar o desenvolvimento industrial da Grande Vitória e minimizar os custos de implantação das unidades industriais, comerciais e de serviços. Apresenta uma área de aproximadamente 6.650.250 metros quadrados, distribuídos em dois setores. (SUPPIN, 2006).

O setor I destina-se às instalações industriais, podendo aceitar atividades de serviços diretamente relacionados ao uso predominante, como pequeno comércio, agências bancárias entre outros. Abrange uma área de aproximadamente 1,7 milhões de metros quadrados, com módulos de 90x30m. Já em 1994 concentrava mais de 60 indústrias instaladas e outras 10 estavam em construção. Este setor foi oficialmente inaugurado no dia 12 de novembro de 1974. As primeiras empresas instaladas foram Carboindustrial, Fibrosa e a Polidomos.(SUPPIN,2006).

O CIVIT II começou a ser planejado logo após o Governo Estadual anunciar a Implantação da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). A SUPPIN agiliza o processo de viabilidade dentro do conceito de Centro Industrial, área industrial, residencial e de serviço, abrangendo uma área de aproximadamente 4,9 milhões de metros quadrados, apresentado lotes com aproximadamente 20 mil metros quadrados, este grande tamanho dos lotes era para atrair empresas de grande porte concernentes de outras regiões do Brasil ou de fora do país. A construção desse setor industrial foi iniciada no dia 31 de Fevereiro de 1975 e oficialmente inaugurada no início da década de 1980.

A função principal do CIVIT II era de ser, como já mencionado, um Centro Industrial em que grande parte de suas indústrias estariam atendendo as necessidades da CST, a qual se caracterizaria como uma indústria motriz²².

Segundo SOUZA (2005) as empresas ligadas tecnologicamente por relações de insumo-produto (polarização técnica) precisariam ficar localizadas junto umas das outras. Elas economizariam com os custos de transporte de insumos, gerando polarização geográfica; já as indústrias motrizes atraem as empresas satélites, fornecedoras de insumos ou utilizadoras dos produtos das primeiras como insumos, desencadeando o crescimento local e regional.

Porém, o que se percebeu no CIVIT II foi uma descaracterização de sua função principal, e isto também foi percebido pelo próprio governo estadual. A elaboração do documento qualificado como a Estratégia de Desenvolvimento Capixaba pela Via da Industrialização, elaborada pela Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo elaborada em 1981 já apontava que o CIVIT estava despido de atrativos reais para os investidores e estava se descaracterizando como área de especialização industrial.

Neste sentido, seria fundamental segundo este estudo, que o BANDES utilizasse e privilegiasse uma faixa dos fundos de repasse do BNDE e de outras entidades de financiamento auxiliares para que o CIVIT despertasse de sua “inércia” atrelando-o à perspectiva de indústrias da malha dos grandes projetos e, sobretudo atraindo o interesse do Complexo Siderúrgico de Tubarão para fazer do CIVIT um dos seus núcleos de ramificações industriais.

Hoje, o CIVIT II não pode ser caracterizado como um centro industrial, pois a maior parte das indústrias que ali se encontram é do ramo de atividade de rochas ornamentais e com isso a relação do mesmo com a CST em poucas empresas

²² A indústria motriz, líder do complexo de atividades, forma um pólo industrial e dentre varias características, destaca-se por apresentar uma taxa de crescimento superior à taxa média da indústria nacional, possui grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos insumos, produz tanto para o mercado externo tanto para o interno. (SOUZA, 2005).

como, por exemplo, a Carbo Industrial. A relação de empresas no CIVIT será melhor trabalhada no capítulo V deste trabalho.

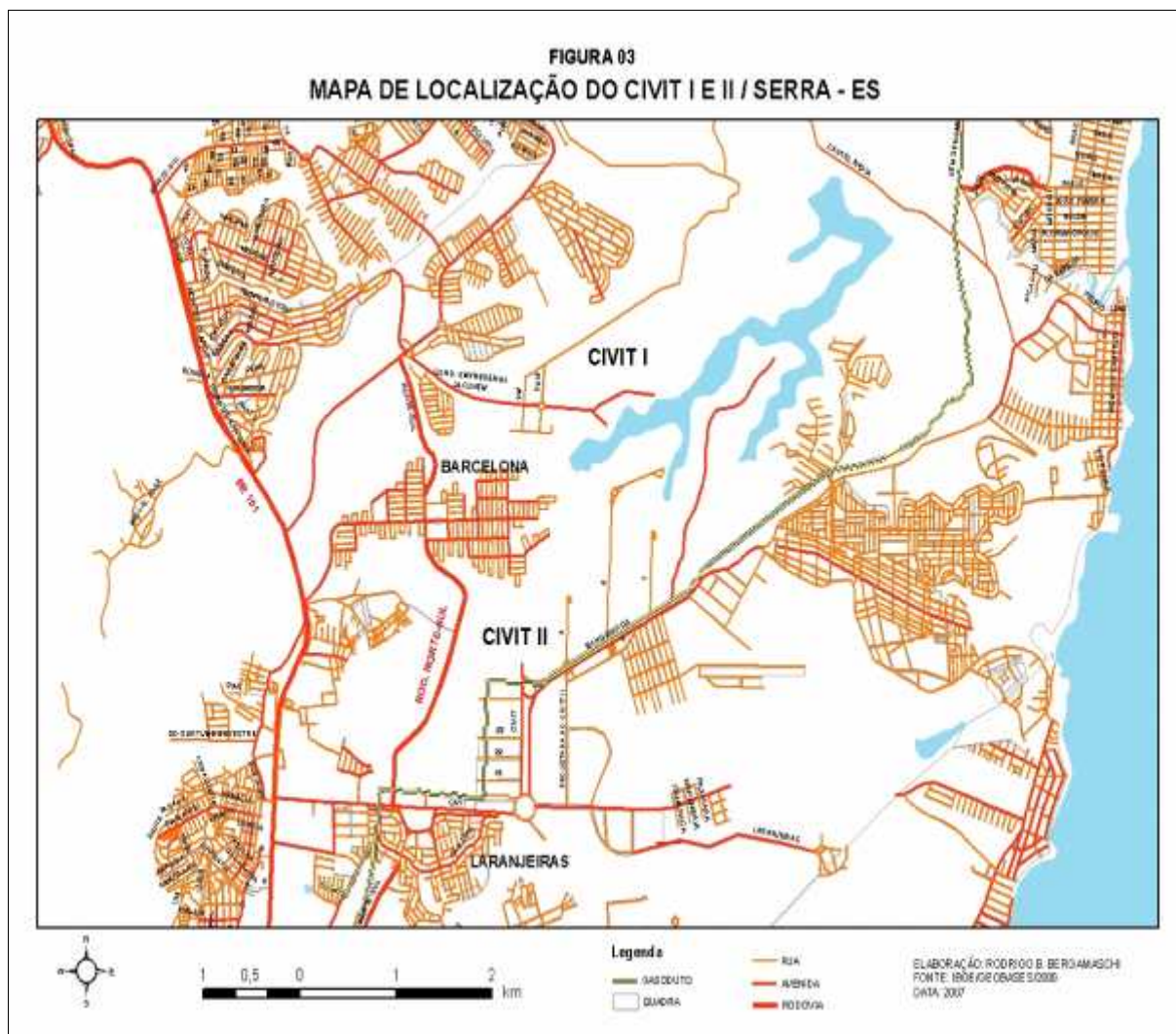
Segundo a SUPPIN, o CIVIT está localizado a 3,2 quilômetros da BR 101 e apresenta acesso alternativo com a rodovia municipal Norte-Sul, que é composta de duas pistas pavimentadas independentes, que corta vários bairros da região leste do município, está a 15 quilômetros do Porto de Praia Mole, 13,2 quilômetros do aeroporto de Vitória e 10 quilômetros da Ferrovia Vitória - Minas. Sua localização é privilegiada, já que esta bem próxima dos centros de escoamento da produção capixaba.

Atualmente, além da infra-estrutura básica, como transporte, água, energia elétrica, o CIVIT, dispõe do abastecimento de gás natural da Petrobras, que atende o CIVIT II, especificamente a Fabrica de Cimento Paraíso, recentemente esse gasoduto passou a atender algumas empresas do CIVIT I como, por exemplo, a Eluma e a Carboindustrial. (SEDEC- PMS, 2006).

Esses projetos industriais fizeram com que a economia do município de Serra se concentrasse na atividade industrial. Hoje, 32,7% das indústrias da Região Metropolitana da Grande Vitória estão localizadas na Serra, e é de fato o município mais industrializado do Espírito Santo correspondendo a nível estadual 17,4% das indústrias. (SEDEC- PMS, 2006).

Conforme a publicação da revista As 150 Maiores Empresas do Espírito Santo de 2005, publicada pela FINDES, as maiores especificações das indústrias do município em termos estaduais, são nos seguimentos de metalurgia (62,2%), material plástico (56,2%), material elétrico e de comunicações (54,3%) e de construção civil (32,8%).

A concentração espacial das indústrias ocorre nas regiões de Carapina, que engloba a CST (32,82%), o CIVIT (13,75%) e Laranjeiras (47,22%), somando assim 93,79% do emprego industrial do Município. (SEDEC- PMS, 2006).



A análise do processo histórico de industrialização deste município nos ajuda a conhecer as transformações ocorridas, como por exemplo, o aumento da urbanização, conseqüência direta da explosão populacional ocorrida neste município, que via de regra, ocorreu de forma não planejada, gerando áreas de invasão que se transformaram posteriormente em bairros sem infra-estrutura mínima para moradia como, por exemplo, Planalto Serrano e Central Carapina. Este aumento populacional não está de fato relacionado ao aumento do crescimento vegetativo (crescimento vertical da população), e sim da imigração (crescimento horizontal da população) concernente, de modo geral, de outros municípios do Estado, Minas Gerais e Bahia.

A industrialização, de fato, foi a principal responsável pela melhoria das condições econômicas de Serra. Porém, ao analisar criticamente as conseqüências do processo de industrialização, percebe-se que em grande parte dos casos nos países subdesenvolvidos como o Brasil, ela pode ter um efeito adverso. Propícia o aumento dos índices de favelização nas áreas urbanas, aumenta a valorização imobiliária, atrai trabalhadores de regiões vizinhas, aumenta a degradação ambiental, a reserva de mão-de-obra, e compromete o nível de vidas dos habitantes das cidades e, sobretudo o aumento do desemprego, obrigando desta maneira as pessoas a buscarem novas alternativas como o trabalho informal.

CAPÍTULO IV

O PAPEL DO CIVIT I E DO CIVIT II NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA SERRA

Em meados dos anos 70 os Grandes Projetos Industriais²³ irão propiciar uma nova era na econômica ao estado alterando e provocando expansão da urbanização da Grande Vitória, acarretando a redefinição do espaço urbano concentrando não só as atividades industriais, mas comerciais, de serviço dentre outros nesta região. Neste sentido, segundo SIQUEIRA (2001), expande o fluxo migratório para essa região provocando uma concentração de trabalhadores, oriundos principalmente de outros municípios do estado, como do sul da Bahia e oeste de Minas Gerais.

A erradicação do café, na década de 60, e a industrialização dos anos seguintes, com a entrada dos grandes projetos no Estado, causaram um fluxo populacional de 96% em direção à região metropolitana. Como consequência, o interior sofreu uma retração, passando de 85,25% para 53,94% em número de habitantes entre os anos 60 e 2000. (REVISTA SÉCULO, 2002).

O crescimento econômico da região estava intimamente ligado às atividades cujo dinamismo se apoiava no uso intensivo dos fatores capital e mão-de-obra qualificada. Desta forma, provocou efeitos negativos, como a marginalização de trabalhadores menos qualificados, acentuando as desigualdades regionais e sociais, bem como concentrando investimentos públicos na superação dos entraves infra-estruturais da produção. (IJSN, 1984)

O governo estadual se depara com um dilema neste momento histórico: a região da Grande Vitória ao absorver tamanha quantidade de imigrantes começa a apresentar sinais de problemas de infra-estrutura, moradias, ocupação desordenada do solo, desemprego dentre outros problemas. Neste âmbito prioriza como acima citado, investimentos diversos dentre eles os investimentos em projetos habitacionais.

¹ Segundo ABE (1999) a política dos Grandes Projetos Industriais estava relacionada à implantação de grandes empresas como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), A Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Samarco.

Neste contexto o BNH (Banco Nacional da Habitação) concentrará maior parte dos investimentos na região da Grande Vitória, já que esta região começou a necessitar urgentemente destes projetos habitacionais; uma vez que a mesma passou a concentrar um grande contingente populacional. A maior parte dos investimentos reservados a esta região se concentraram nos Municípios de Serra e Vila Velha como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 6
Conjuntos Habitacionais e Unidades habitacionais construídos na Grande Vitória no período de 1967 a 1986.

Município	Conjuntos Habitacionais	Unidades Habitacionais
Cariacica	7	1.952
Serra	21	25.980
Vila Velha	28	15.216
Viana	1	2.270
Vitória	17	4.587
Total	74	50.005

Fontes: COHAB- ES e INOCOOPS-ES

Tabela organizada pelo autor.

Os resultados dos conjuntos habitacionais e unidades habitacionais são o somatório dos empreendimentos realizados tanto pela COHAB e INOCOOP no período em questão.

Os principais motivos que levaram a concentração dos investimentos do BNH no município de Serra foram: a proximidade e acesso fácil à Vitória, topografia que privilegiava e favorecia as construções, grande disponibilidade de terras, explosão populacional significativa e os maciços investimentos ao setor industrial concernente a criação do Civit. (PERINI, 2005).

O CIVIT, desta maneira, teve de fato um papel importante quanto à questão da urbanização no município da Serra já que os principais conjuntos habitacionais foram criados justamente próximos ao Civit (I e II).

Um estudo de Viabilidade do CIVIT realizado pela COPLAN- ES²⁴, já mostrava o papel deste Centro Industrial, enquanto um dos principais responsáveis no processo de produção do espaço urbano de Serra. Conforme surgiam as possibilidades industriais, os objetivos da política de industrialização, a localização escolhida, e os recursos mobilizáveis para inverter no centro, ou no distrito industrial, passou a ser considerado o suprimento de outras facilidades, além de mera infra-estrutura física, o investimento mais amplo em infra-estrutura social, habitação, edifícios para fabricas e para conjuntos de pequenas empresas industriais de serviços, e mesmo serviços básicos.

Os conjuntos habitacionais próximos do CIVIT, construídos no decorrer da década de 1970 e 1980, de certa forma foram condicionados pela existência do Centro Industrial. Neste sentido, é valido afirmar que o planejamento habitacional deve estar, portanto, relacionado com da localização industrial.²⁵

Os Distritos Industriais exerceram um papel significativo no processo de produção do espaço urbano do município de Serra. Segundo a SUPPIN (apud GONÇALVES, 2007), com as instalações das indústrias de pequeno e médio porte, intensificou-se ainda mais, a atração de migrantes para a Serra, já exercida pela expectativa dos Grandes Projetos Industriais e a partir da inauguração do CIVIT II foram criados uma série de conjuntos habitacionais no entorno destes distritos industriais destinados aos trabalhadores das indústrias.

A localização dos conjuntos habitacionais, é sem dúvida, muito bem definida para que possa ficar próxima aos centros econômicos significativos, neste caso, a indústria, que para se desenvolver pressupõe a concentração espacial beneficiando-se da infra-estrutura, mão-de-obra, proximidade de outras indústrias complementares, mercado diversificado (CARLOS, 1990, p. 35).

²⁴ Pela lei nº 2.572, de 10 de fevereiro de 1971, foi criada a Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial- SUPPIN, ficando assim extinta a COPLAN- ES.

²⁵ A localização de áreas, distritos ou centros industriais tem que apresentar dupla relação com a moradia da mão-de-obra: deve-se condicionar a ela, e por outro, deve-se condicioná-la (COPLAN-ES, 1970)

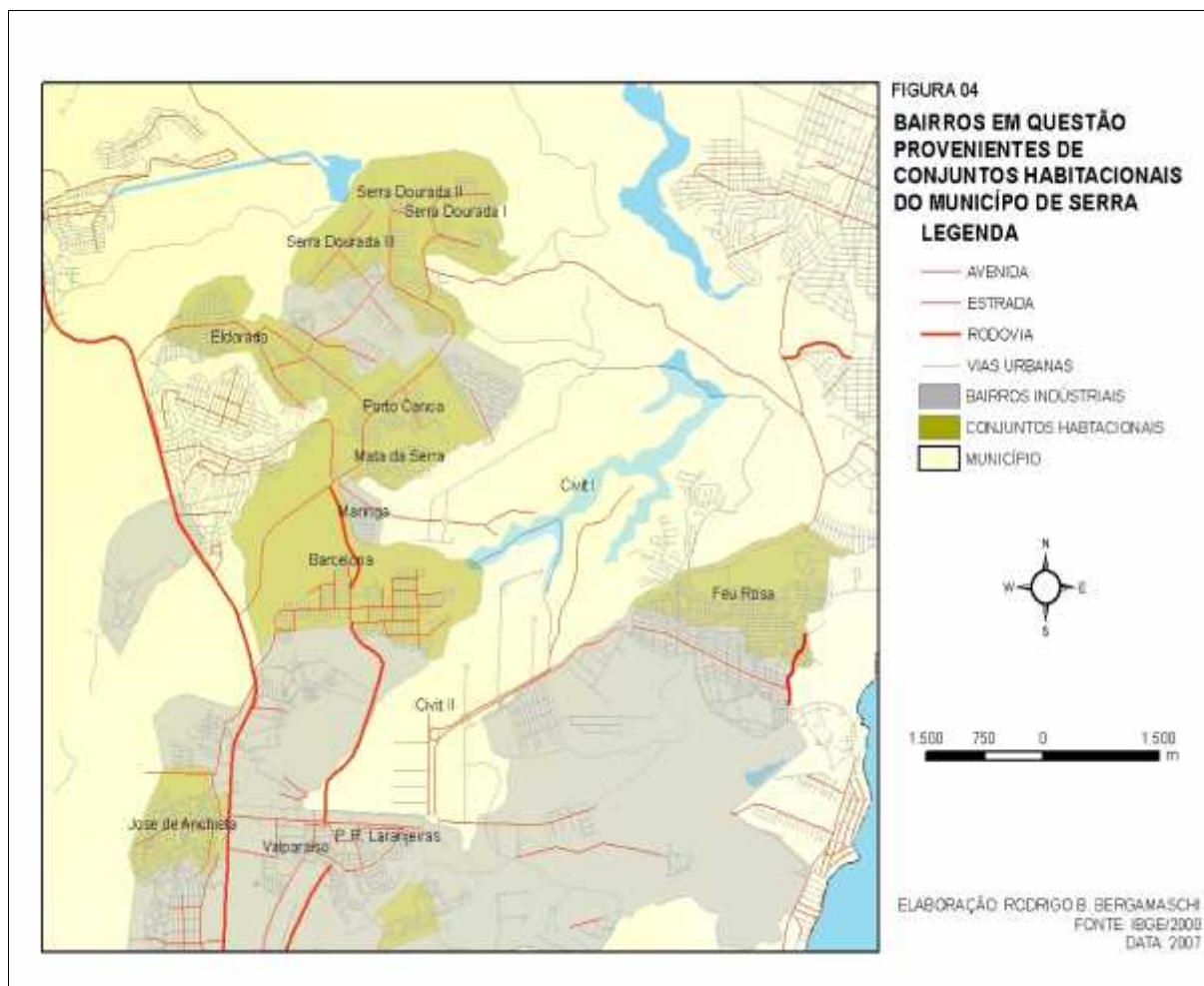
No decorrer dos anos 80, a estrutura municipal se dinamiza com a concentração populacional no meio urbano. As intensas imigrações para este município aceleraram a ocupação do solo serrano (acontecida de forma fragmentada), gerando em alguns casos invasões e ocupações irregulares que posteriormente transformaram-se em bairros sem um planejamento adequado.

Percebendo estes problemas de ocupação populacional, tanto o governo do estado quanto o municipal, em menor proporção, perceberam que era de extrema importância organizar o espaço municipal, estimulando a construção dos conjuntos habitacionais (tendo como objetivo principal de abrigar a população trabalhadora) a fim de diminuir e frear os problemas da ocupação desordenada. (DPU- PMS)

Os conjuntos habitacionais se concentraram, de modo geral²⁶ na região central do município abrangendo uma população significativa com destaque para os bairros de Serra dourada I, Serra Dourada II, Serra Dourada III, Porto Canoa, El Dorado, José de Anchieta, Barcelona, Parque Residencial Laranjeiras, Feu Rosa, São Diogo I, São Diogo II, Chácara Parreiral, Valparaíso, Carapina I, Eurico Sales e André Carloni. (COAHB e INOCOOP-ES).

O mapa a seguir destaca os conjuntos habitacionais que foram criados para atender, sobretudo, os trabalhadores do CIVIT I e do CIVIT II.

²⁶ Outros conjuntos habitacionais, localizados em outras regiões do município, também foram criados nos anos 70 e 80; são eles Jacaraípe I, Jacaraípe II, Jacaraípe III, Magistrados, Serra I, Planalto Serrano e Cidade Continental. (COAHB e INOCOOP-ES).



O município poucas vezes foi condutor do processo de crescimento urbano. Na quase totalidade dos empreendimentos instalados no município, a participação do poder local foi insignificante, ficando a cargo das intenções determinadas pelo governo estadual e federal, que, neste período, segundo dados da COHAB e INOCOOP-ES, construíram através do sistema BNH/SFH, cerca de 25.000 moradias no município, suficientes para abrigar uma população de 130.000 habitantes. (DPU-PMS).

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o município de Serra apresentou um desenvolvimento urbano intensivo durante a década de 1970, a partir da implantação dos “Grandes Projetos Industriais”, principalmente com a instalação e abertura da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), sua construção e, posteriormente, a ampliação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT I e II).

Estes, dentre outros aspectos, contribuíram para o adensamento populacional em seu entorno e áreas adjacentes, decorrendo em necessidades de intervenção estatal para criar as condições gerais de produção e de equipamentos e serviços coletivos, tanto via ações do poder público como pela organização e mobilização da população que necessitava urgentemente melhores condições de vida, não esquecendo que a crescente ocupação desordenada do solo municipal pelos chamados bairros de invasões se processou em grande proporção já nesta década.

Em meados da década de 1990, o poder público municipal traça metas, a fim de minimizar os problemas habitacionais, já que a demanda populacional aumentou em grande proporção em relação às décadas posteriores, com isso estabelece novas fontes de recursos como aquelas constantes: do Programa Habitar Brasil; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; do Programa de Arrendamento Residencial – PAR e do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PHS; além de outras não governamentais. (SH- PMS).

Hoje, a estrutura dos conjuntos habitacionais dinamizou-se a exemplo da construção de apartamentos e os investimentos em habitação que parecem continuar a crescer. Os programas acima mencionados, segundo a secretaria de desenvolvimento urbano, estão direcionados a fim de promover a construção de apartamentos e casas de baixo custo, financiamento de material de construção e construção casas para famílias em situação de risco. Abaixo as tabelas destacam os programas habitacionais que entraram em execução em 2003.

Tabela 7
Programas Habitacionais no Município de Serra (2003-2004)

Programas	Nº de Famílias Beneficiadas	Localidade	Propósito do Programa
PHS	750	08 Bairros	Cesta de Material de construção
Habitar Brasil	185	Bairro Novo Horizonte	Construção de Unidades Habitacionais
Defesa Civil	65	30 Unidades de vila Nova de Colares	Construção de Unidades Habitacionais

Fonte: PMS/ Coordenadoria de Habitação.

Nota: Tabela organizada pelo autor.

Tabela 8
Programa de Arrendamento Residencial (PAR) na Serra
Apartamentos entregues (2002- 2004)

PAR	Nº Unidades	Especificações
Residencial Maria da Penha (Cascata)	192	Apartamentos
Residencial Valparaíso I (Valparaíso)	192	Apartamentos
Residencial Valparaíso II (Valparaíso)	192	Apartamentos
Residencial Santa Esmeralda (Taquara I)	280	Apartamentos
Residencial Jardim Tropical (Jardim Tropical)	320	Apartamentos
Residencial Novo Milênio (São Diogo e Jd Limoeiro)	80	Apartamentos
Residencial Valparaíso III (Valparaíso)	192	Apartamentos
Residencial Parque dos Pinhos I, II e III (Chácara Parreiral)	498	Apartamentos
Residencial Condomínio Atlântico (Colina de Laranjeiras)	224	Apartamentos
Residencial Condomínio Atlântico I e II (Colina de Laranjeiras)	222	Apartamentos
Total	2472	Apartamentos

Fonte: PMS/ Coordenadoria de Habitação.

Nota: Tabela organizada pelo autor.

Atualmente se observa um crescimento acelerado de condomínios de médio e grande porte, destinados a classe média e classe média alta, principalmente na região de Laranjeiras. Segundo o Sindicato da Construção Civil (SINDICON, 2007), cerca de 1.200 unidades habitacionais estão sendo construídas no bairro, sendo grande parte de apartamentos e, sobretudo da construção de condomínios de casas (atualmente estão sendo construídos 517 unidades).

Neste sentido, pode-se perceber que o bairro de Laranjeiras, visto como centralidade no comércio do município favoreceu a expansão da valorização imobiliária para também nas áreas vizinhas (conhecidas como região de Laranjeiras). Este fator é de extrema importância, uma vez que essa valorização imobiliária provoca a chamada exclusão sócio-espacial, uma vez que maior parte da

população municipal, constituída de trabalhadores, não terá como ter acesso a essa parcela do solo serrano no que concerne o acesso a terra como espaço de moradia.

Segundo GONÇALVES (2007), o bairro de Laranjeiras se apresenta hoje com o *locus* do comércio varejista e dos serviços no município de Serra e não existe até no momento outro lugar no município que reúna condições favoráveis de competir com esse bairro no que diz respeito às atividades terciárias.

O bairro de Laranjeiras teve seu início, caracterizado por ser um bairro de conjunto habitacional, como já exposto neste capítulo, unifamiliar. Foi idealizado para uma clientela um pouco mais provida de renda, diferentemente da maioria dos conjuntos habitacionais criados no município que atendiam pessoas de baixa renda, e de fato apresentou uma dinâmica de crescimento diferente dos demais bairros. (GONÇALVES, 2007).

Laranjeiras é hoje um bairro considerado em fase de renovação tanto no uso como em ocupação. Na avenida central e proximidades, em menor proporção se comparada à avenida central, a existência de comércio e serviços de grande porte fortalecendo a inter-relação mercadológica, possibilitando a circulação de bens dentro do próprio município.

Com relação aos equipamentos públicos presentes neste bairro, destacam os tipos de instalações comerciais, do bairro, a presença da polícia civil, o agrupamento ciclístico da polícia, Hospital Estadual Dório Silva, o terminal urbano de Laranjeiras (o maior do município), agências bancárias, agência dos Correios, clínicas de saúde, escritórios de vários serviços e construtoras, Shopping Laranjeiras, diga de passagem o único do município, hipermercado atacadista, supermercado e várias empresas comerciais de maior porte tais como lojas de eletrodomésticos, calçados, vestuário e outros.

Hoje, as atividades de comércio e de serviços deste bairro alcançam nível municipal e metropolitano, uma vez que as relações comerciais de diferentes escalas se extrapolam do nível local para o regional. O funcionamento de um comércio

diversificado e de maior porte promove, no nível econômico, a permanência e atração de serviços diversificados. A tabela abaixo mostra os principais ramos de atividades desenvolvidos no bairro. (GONÇALVES, 2007).

O forte caráter econômico desse bairro, como explanado acima, fará convergir não só no interior do bairro, mais nas áreas próximas aos investimentos da prefeitura como da iniciativa privada interessada na valorização do solo desta região que é uma centralidade em Serra²⁷.

Após meados da década de 1990, foram criados e aprovados os seguintes loteamentos no município: Cidade Pomar (Decreto N° 9654 DE 17-02-1997), Morada de Laranjeiras (Decreto N° 9920 DE 14-10-1997), Planície da Serra (Decreto N° 10.966 DE 24-05-1999), Campinho da Serra III (Decreto N° 10.333 DE 29-12-1998), Modificação do Loteamento Alterosas II (Decreto N° 11.098 DE 29-10-1999), Solar de Laranjeiras I (Decreto N° 276 DE 25-10-2000), Solar de Laranjeiras II (Decreto N° 277 DE 25-10-2000), Solar do Porto (Decreto N° 1348 DE 29-10-2001), Colina de Laranjeiras (Decreto N° 9654 DE 17-02-1997), Residencial Metropolitano (Decreto N° 2886 DE 30-12-2000), Modificação do Civit II (Decreto N° 6998 DE 30-11-2004), Portal de Manguinhos (Decreto N° 2053 DE 10-11-2005), Loteamento Residencial Parque da Serra (Decreto N° 1800 DE 08-09-2005) Loteamento Parque da Lagoa (Decreto N° 7038 DE 28-12-2004), Loteamento Prefeito Antônio Sergio Vidigal (Decreto N° 1566 DE 25-07-2005) (DPU- PMS).

Os loteamentos distantes de Laranjeiras que foram aprovados neste período são justamente os destinados à população pobre, apresentando no início da criação precárias condições de infra-estrutura como falta de esgoto, luz e asfaltamento. Hoje esses problemas já foram quase todos sanados pelo poder público municipal, porém essas melhorias estão longe de serem equiparados aos demais loteamentos aprovados no mesmo período.

²⁷ Essa importância não está restrita apenas as atividades econômicas desenvolvidas neste bairro, mas também na forte atração a investimentos imobiliários com loteamentos e condomínios fechados e a forte especulação imobiliária nas áreas vizinhas à Laranjeiras

Tabela 9
Novos Loteamentos Habitacionais no município de Serra

EMPREENHIMENTO	INVESTIMENTO
ALPHAVILLE	Infra-estrutura – R\$ 80 milhões
	Ocupação – R\$ 1 bilhão
PORTAL DE MANGUINHOS	Infra-estrutura – R\$ 8 milhões
	Ocupação – R\$ 300 milhões
ARQUIPÉLAGO DE MANGUINHOS	Infra-estrutura – R\$ 8 milhões
	Ocupação – R\$ 200 milhões
COLINAS DE LARANJEIRAS	Infra-estrutura – R\$ 10 milhões
	Ocupação – R\$ 230 milhões

Fonte: PMS/ SEDEC.

Nota: Tabela organizada pelo autor.

Ao analisar o processo de urbanização do município de Serra percebe-se que o processo aconteceu de forma descontínua em todo o território municipal, apresentando uma ocupação em várias porções do espaço municipal, que via de regra aconteceu em grande parte ao longo do eixo viário, sobretudo em relação a BR 101.

A forma de ocupação do espaço, em Serra, foi sem dúvida ditada num primeiro momento²⁸, pelas características naturais deste município. É na parte oriental do município, região onde predomina os tabuleiros costeiros,²⁹ que o processo de urbanização se dará inicialmente.

Segundo GONÇALVES (2007), a topografia plana e a descontinuidade natural do relevo foram duas importantes condições naturais na análise da produção do espaço urbano no município de Serra, onde a topografia plana (não sujeita a inundações) facilitou, em termos técnicos, a ocupação urbana; por outro lado, os vales estreitos

²⁸ Segundo GONÇALVES (2007) a forma de ocupação do espaço urbano do município de Serra se alterou a partir do início da década de 1990. As principais intervenções na infra-estrutura rodoviária, bem como a implantação dos conjuntos habitacionais ocorrem até o final de 1980 e após este período, segundo o autor, a dinâmica do espaço urbano da Serra toma uma nova dimensão.

²⁹ Formas tabulares (topos planos), com a altimetria variando de 15 a 40 metros, tendo origem no período terciário e está associada a processos deposicionais de sedimentos de origem continental. No município de Serra essas formas geomorfológicas são recortadas por vales fluviais, cujos córregos deságuam em lagoas como a Jacuném e Juara, sendo estas as mais importantes lagoas da Serra. (RADAM, 1983, apud GONÇALVES, 2007).

que cortam estes tabuleiros induziram num primeiro momento uma descontinuidade no processo de produção do espaço urbano. Neste sentido, esses dois fatores naturais foram fatores condicionantes no processo de produção do espaço urbano e não os únicos responsáveis pela descontinuidade apresentada na urbanização neste município.

Essa característica faz da Serra um município diferenciado, se comparado aos municípios de Vitória e Vila Velha, já que a dinâmica urbana aconteceu de forma isolada e descontínua. Isto fez com que os núcleos urbanos ficassem separados por grandes vazios urbanos, que em alguns pontos do território como nas proximidades de Laranjeiras (centro econômico do município) ocorresse nestes vazios urbanos uma forte especulação imobiliária nos últimos anos. Um exemplo foi à criação do loteamento Colina de Laranjeiras e do loteamento Residencial Metropolitano (Colina de Laranjeiras 2º Etapa).

O sistema viário do município de Serra apresentou uma relevante importância no processo de espacialização do espaço urbano³⁰ deste município. A Mancha urbana, durante as décadas de 1970 e 1980, se ampliou estruturada as margens do traçado da BR 101 e ES 010.

A estruturação do sistema viário do município de Serra foi de certa maneira também influenciada pelas condicionantes naturais. Segundo um estudo do Instituto dos Jones Santos Neves de 1979 intitulado: Seminário sobre o Desenvolvimento da Serra, os responsáveis pela configuração deste padrão espacial foram os interesses fundiários e especulativos e isso hoje parece não ter acabado³¹.

³⁰ A maneira como foi produzido e estruturado o espaço urbano serrano, expansão da periferia metropolitana, e sua estrutura viária impossibilitava o desenvolvimento de subcentros e aumentava ainda mais a dependência em relação à Vitória. (IJSN, 1983). Isto ficou explícito até a década de 1980. Já na década de 1990, segundo GONÇALVES (2007), as intervenções na estrutura viária do município e a implementação do Sistema Transcol (Sistema de Metropolitano de Transporte Coletivo) foram muito importantes na acessibilidade dos fragmentos do espaço urbano da Serra.

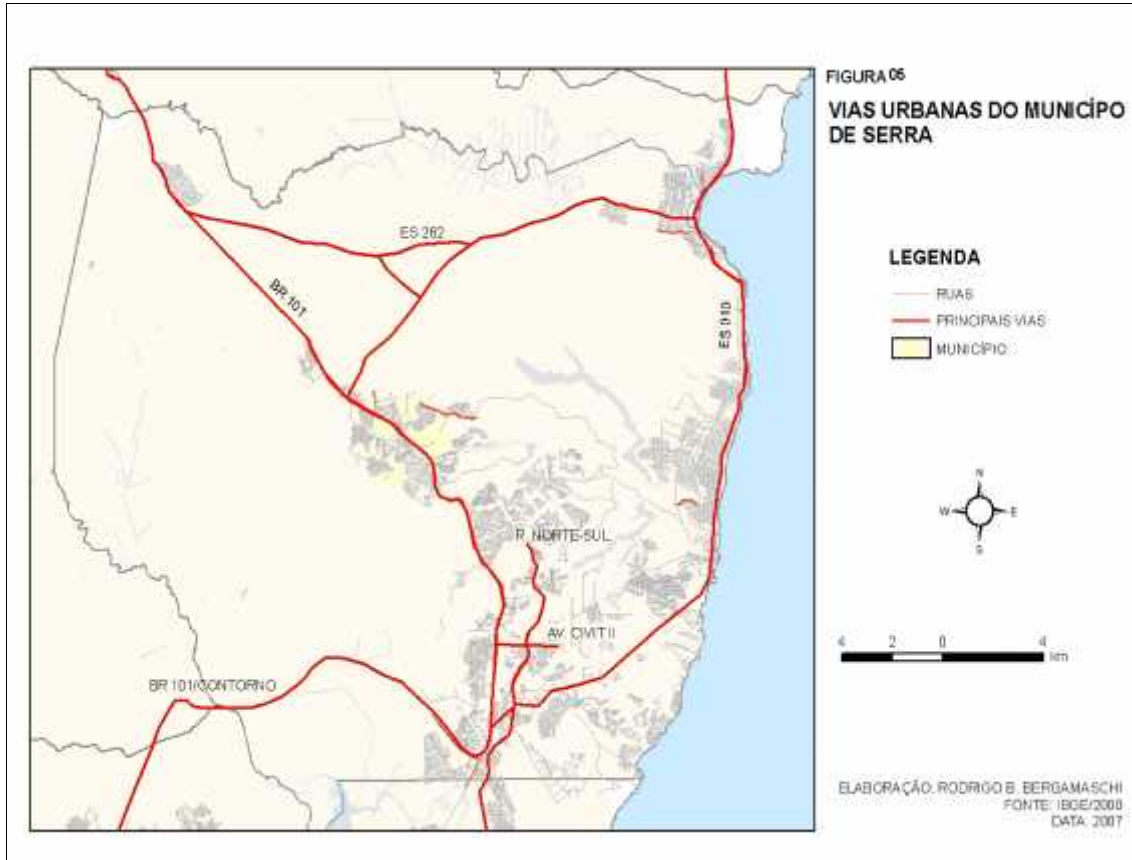
³¹ Segundo TEIXEIRA (2007) caso construção da BR- 101/ NORTE (Contorno do Mestre Álvaro) for realizada a Família Larica (Proprietária da fazenda Jacuhy) será uma das principais beneficiadas ao passo que os habitantes da zona rural, situados na faixa de domínio da rodovia serão um dos principais prejudicados com a construção deste projeto municipal.

No município de Serra, o sistema viário urbano se apresenta estruturado com a presença da BR101 que é o mais importante eixo viário apresentando o maior fluxo de veículos automotores e passageiros no trecho norte e na região do contorno. A ES 010 é o segundo eixo viário mais importante do município, possibilita o acesso a região litorânea do município indo até o município de Fundão. A ES 262 também é um via urbana muito importante para a Serra uma vez que corta todo o território municipal no sentido leste oeste.

Dentro dos eixos viários intra-urbanos destacamos a Avenida Civit II e a Avenida Manguinhos que atravessa a região de Laranjeiras, e paralelamente a ES 010 possibilita o acesso à Jacaraípe e às praias do norte do município. Não podemos deixar de falar da Avenida Norte Sul que tem uma grande importância por estabelecer a ligação entre as mais importantes áreas industriais com as áreas residenciais e comerciais do município. Contudo, as maiores partes das vias urbanas existentes neste município carecem da construção de ciclovias.

Segundo a Secretaria de Serviço da Serra, o sistema urbano, de transporte coletivo do município é integrado hoje de dois terminais, sendo eles o Terminal de Laranjeiras, maior terminal de ônibus do município, e o Terminal de Carapina, que segundo a PMS apresenta alguns problemas de saturação operacional. No ano de 2005 o sistema de transporte coletivo atingiu 85% da área urbanizada do município de Serra. Atualmente está sendo construído o Terminal de Castelândia que irá atender os bairros da Região Litorânea a fim de diminuir o fluxo de ônibus em direção ao Terminal de Laranjeiras.

O mapa a seguir mostra a espacialização dos principais eixos viários que cortam o município de Serra.



CAPÍTULO V

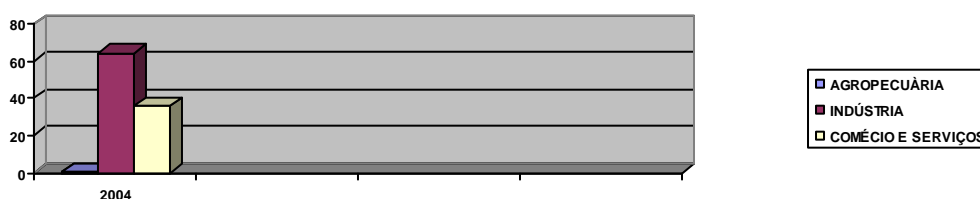
A CONFIGURAÇÃO DA INDÚSTRIA E AS PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO INDUSTRIAL E DO ESPAÇO URBANO NA SERRA

5.1 A CONFIGURAÇÃO ATUAL DA INDÚSTRIA SERRANA

O principal centro industrial do estado do Espírito Santo se localiza no município de Serra, aproximadamente, um terço da indústria da Região Metropolitana da Grande Vitória se concentra neste município (SERRA EM NÚMEROS, 2003). A grande concentração industrial está favorecida pela presença de uma importante infraestrutura logística no Município como a BR101, a Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), proximidade com o porto de tubarão, os quais se constituem atualmente nos mais importantes centros de escoamento da produção capixaba. Essa forte concentração de indústrias no município está diretamente relacionada a presença do Civit (I e II) e outras empresas industriais especializadas no território serrano.

O Município de Serra apresenta uma divisão por setor econômico que pode ser visualizado no Gráfico 3, por valor agregado. No ano de 2004, o segmento industrial liderava o valor agregado municipal com 64,10 do total; seguido das atividades de comércio e serviços e agropecuária com 35,78% e 0,12%, respectivamente, constatando assim uma elevada participação da indústria e do segmento de comércio e serviços; juntos representaram 99,88% do valor agregado do Município, em 2004 na economia municipal, representando o setor secundário uma participação de 28,23 % do PIB estadual.

Gráfico 4
Setores Econômicos da Serra (2004)



Fonte: IBGE; Nota: Gráfico elaborado pelo autor.

O município apresenta atualmente 557 industriais, destas 527 são classificadas como indústria de transformação e 30 pertencem à indústria extrativa. (SEDEC-PMS). As indústrias, como já mencionado acima, concentram 64,10 % do Produto Interno Bruto do município, sendo a maioria dos estabelecimentos concentrados no setor de rochas relacionadas ao beneficiamento, corte e polimento. A construção civil, os seguimentos de transporte, armazenagem e comunicação e a indústria de transformação são os grandes destaques da economia deste município. As indústrias, incluindo o setor da construção civil, contribuem com aproximadamente 34% do pessoal formalmente ocupado, com destaque para a indústria da transformação a qual responde com 54% desses empregos.

A tabela abaixo mostra os números de atividades econômicas em 2003 no município da Serra e no Espírito Santo, fazendo uma comparação entre ambos.

TABELA 10

**Número de Atividades Econômicas Existentes no Município da Serra e no ES
Classificadas por Setores da CNAE – 2003**

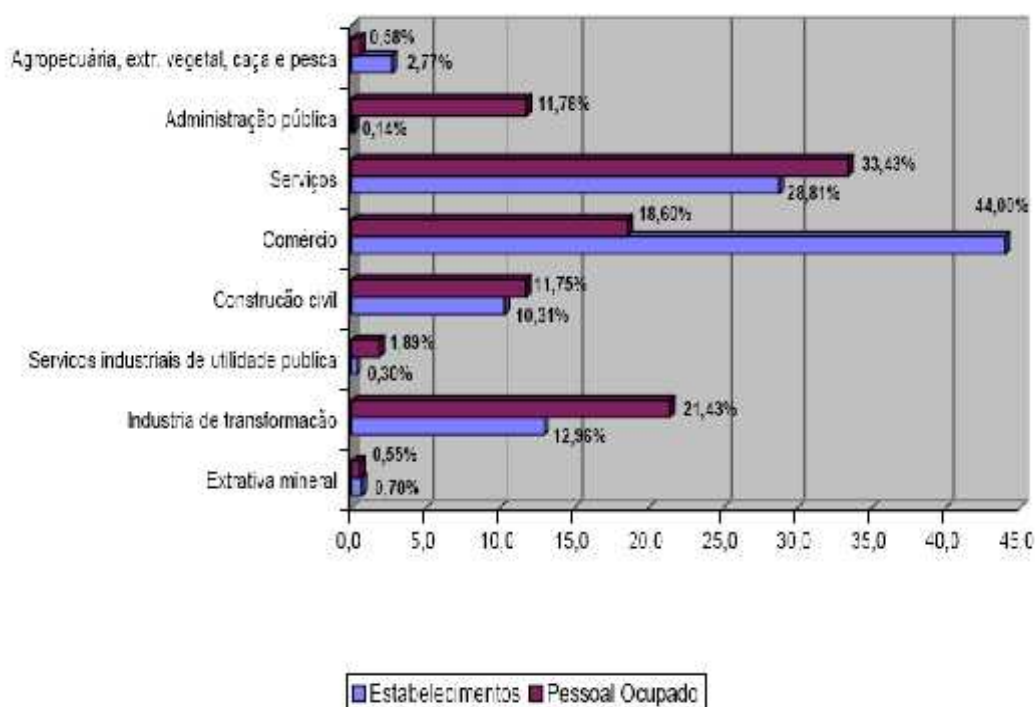
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Nº de Atividades Econômicas			
	Serra	ES	% Serra	Serra/ ES
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	15	22	3,96	68,18
Pesca	2	2	0,53	100,00
Indústria Extrativa	4	11	1,06	36,36
Indústria de Transformação	154	220	40,63	70,00
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	3	5	0,79	60,00
Construção	15	16	3,96	93,75
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	69	72	18,21	95,83
Alojamento e alimentação	7	7	1,85	100,00
Transporte, armazenagem e comunicações	18	27	4,75	66,67
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	13	25	3,43	52,00
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	33	37	8,71	89,19
Administração pública, defesa e seguridade social	3	8	0,79	37,50
Educação	8	10	2,11	80,00
Saúde e serviços sociais	9	9	2,37	100,00
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	24	26	6,33	92,31
Serviços domésticos	1	1	0,26	100,00
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	1	0,26	100,00
Total	379	499	100	75,95

Fonte: RAIS DE 2003, SEDEC/ PMS. Tabela organizada pelo autor.

O município de Serra no ano de 2003, de acordo com a SEDEC, apresentava em sua matriz econômica 379 diferentes atividades, isso representou 75,95 % das atividades presente no Espírito Santo. O setor da indústria de transformação foi o destaque, apresentando em relação ao município 40,63% das atividades e em relação ao estado 70,00% mostrando a soberania desta atividade a nível estadual. O setor de comércio também merece destaque já que representou a nível municipal 18,21 % do numero de estabelecimento perdendo só para o setor da industria de transformação, como mostrado acima.com relação ao estado representou 95,83 do número de estabelecimentos.

Gráfico 5

Participação Relativa dos Estabelecimentos e do Pessoal Ocupado no Município da Serra por Setor de Atividade no ano de 2003



Fonte: SEDEC/PMS.

Ao analisar detalhadamente o gráfico 4, pode-se perceber que existe uma concentração do pessoal e do número de estabelecimentos nos setores de serviços, indústria de transformação e comércio, estão representando respectivamente a participação relativa de 33,43%, 21,43 e 18,60% do pessoal ocupado neste município e 28,81%, 12,96% e 44,00% dos estabelecimentos existentes na serra.

O que chamou a atenção foi à administração pública que por mais que tivesse um dos menores números dos estabelecimentos existentes no município (0,14%) foi responsável por uma participação de 11,78% do pessoal ocupado no município de Serra.

A Serra, por ser hoje um município tipicamente urbano, as atividades concernentes ao setor primário naturalmente irão representar os menores valores em termos de participação municipal tanto em relação ao pessoal ocupado (0,58%) e do número de estabelecimentos (2,77%) existentes no município.

Vale também destacar o setor da construção civil que representou em termos de pessoal ocupado (11,75 %) e 10,31% do número de estabelecimentos existentes no município; já em relação aos níveis estaduais, o setor da construção civil do município representou em termos de pessoal ocupado 26,98% e 15,86% dos estabelecimentos existentes no Espírito Santo.

O município, por apresentar escassez de jazidas naturais se comparado aos demais municípios do estado, teve a menor participação do número do pessoal ocupado e do número dos estabelecimentos deste setor se comparado com os demais existentes no município, apresentando respectivamente 0,70% e 0,55% do número do pessoal ocupado e do número dos estabelecimentos existentes no município de Serra.

Tabela 11
Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado no Município da Serra e no ES, por Setores da CNAE (2003)

Número de estabelecimentos e pessoal ocupado no município de Serra e no Espírito Santo, por setores da CNAE (2003)								
Classificação nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	A (Nº est. Serra)	B (Nº est ES)	C (% - A)	D (A/B)	E (PO Serra)	F (PO-ES)	G (% - E)	H (E/F)
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	118	6.452	2,77	1,83	307	28.463	0,48	1,08
Pesca	2	51	0,05	3,92	72	466	0,11	15,45
Indústria Extrativa	30	659	0,70	4,55	351	13.320	0,55	2,64
Indústria de Transformação	527	4.819	12,35	10,94	13.193	74.424	20,63	17,73
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	8	145	0,19	5,52	802	3.729	1,25	21,51
Construção	440	2.774	10,31	15,86	7.512	27.840	11,75	26,98
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	1.877	22.072	44,00	8,50	11.895	114.438	18,60	10,39
Alojamento e alimentação	230	2.773	5,39	8,29	1.975	16.576	3,09	11,91
Transporte, armazenagem e comunicações	216	2.045	5,06	10,56	4.689	32.050	7,33	14,63
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	24	668	0,56	3,59	307	8.438	0,48	3,64
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados as empresas	388	6.764	9,10	5,74	11.501	55.611	17,98	20,68
Administração pública, defesa e seguridade social	6	281	0,14	2,14	7.535	129.680	11,78	5,81
Educação	73	798	1,71	9,15	1.167	16.248	1,82	7,18
Saúde e serviços sociais	177	3.522	4,15	5,03	1.422	20.644	2,22	6,89
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	141	2.719	3,31	5,19	1.220	22.833	1,91	5,34
Serviços domésticos	9	144	0,21	6,25	7	529	0,01	1,32
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	4	-	-	-	12	-	-
Total	4266	56.690	100	7,53	63.955	565.301	100,0	11,31

Obs. A = Número de estabelecimentos no município da Serra; B = Número de estabelecimentos no ES; C = Participação relativa no total de estabelecimentos do município por setor da CNAE; D = Participação relativa dos estabelecimentos municipais, por setor, no total do ES; E = Pessoal ocupado no município da Serra; F = Pessoal ocupado no ES; G = Participação relativa no total do pessoal ocupado no município por setor da CNAE; H = Participação relativa do pessoal ocupado no município, por setor, no total do ES.

Fonte: RAIS de 2003 - PMS/SEDEC.

Conforme a tabela anterior, o município de Serra apresentou no ano analisado, 4.266 estabelecimentos que em sua totalidade representavam 7,53 do total de estabelecimentos existentes no Espírito Santo. Ao analisar o número total do pessoal ocupado nos três setores econômicos do município pode-se perceber que existia no ano de 2003 63.955 postos de trabalho o qual representou a nível estadual 11,31% do total de trabalhadores (565.301) existente neste ano no estado.

O setor que apresentava o maior número total de trabalhadores no município foi o da indústria de transformação, apresentando 13.193 postos de trabalhos. Em relação ao estado representou 17,73% do pessoal ocupado; já o setor da construção civil, em contrapartida, apresentou um número menor do pessoal ocupado (7.521) e em nível estadual apresentou se comparado aos demais setores municipais, a maior participação do pessoal ocupado (26,98%).

Merece destaque o setor de atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas, o qual foi responsável por 11.501 postos de trabalhos no ano em questão e em nível estadual representou a terceira maior participação do pessoal ocupado (20,68%) ficando atrás do setor da construção civil, como já mencionado acima, e do setor de produção e distribuição de eletricidade, gás e água (21,51%).

O setor de comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e doméstico se destacou em relação aos demais setores, já que apresentou a maior participação relativa no total de estabelecimentos do município (44,00%) e também o maior número de estabelecimentos (1.877) existentes no município de Serra.

Tabela 12

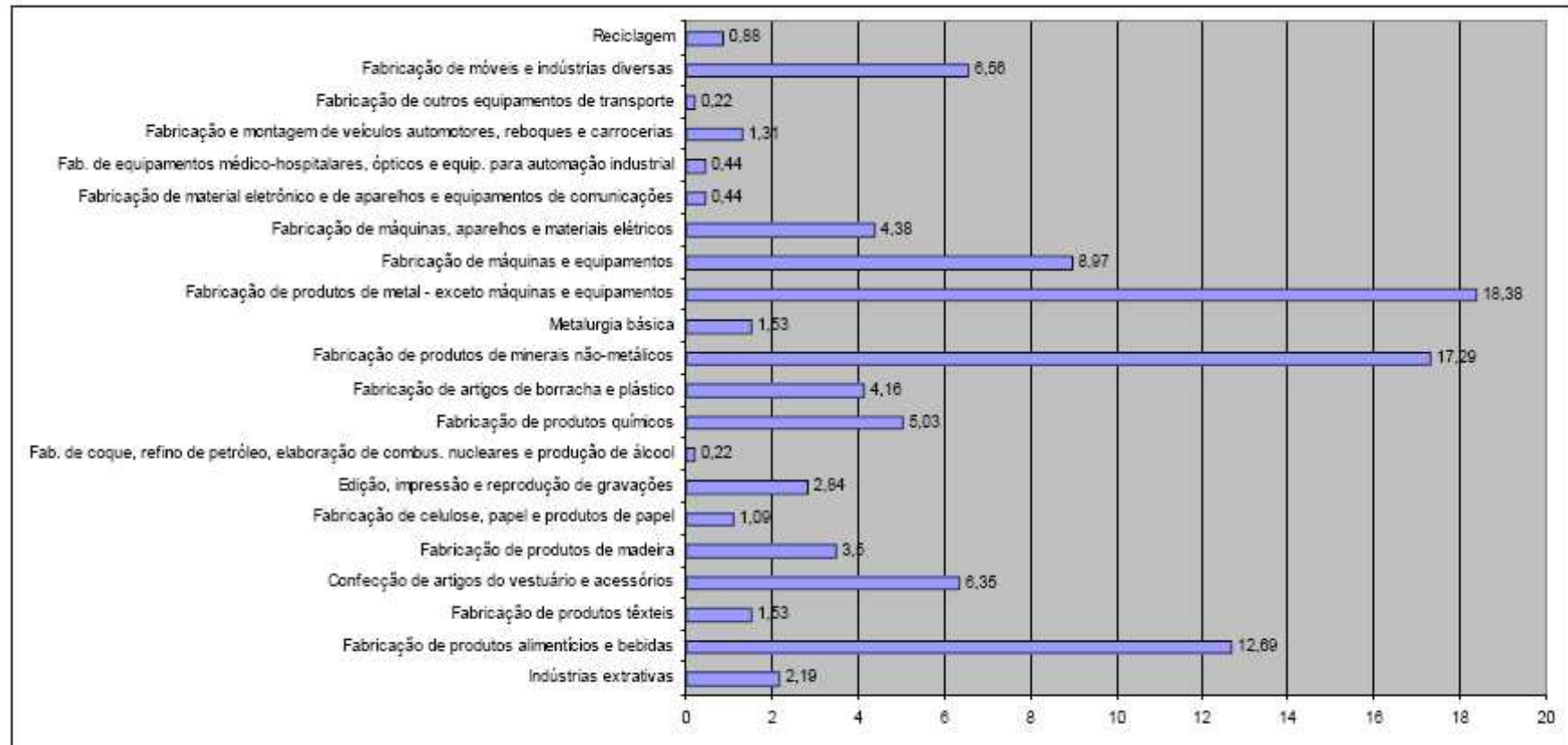
Indicadores Industriais do Município de Serra e do ES (2002)				
Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	A (Nº est.Serra)	B (Nº est.ES)	C (%-A)	D (A/B)
Indústrias extrativas	10	438	2,19	2,28
Extração de carvão mineral	-	-	-	-
Extração de petróleo e serviços relacionados	-	5	-	-
Extração de minerais metálicos	-	10	-	-
Extração de minerais não-metálicos	10	423	2,19	2,36
Indústrias de transformação	447	2.696	97,81	16,58
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	58	357	12,69	16,25
Fabricação de produtos do fumo	-	1	-	-
Fabricação de produtos têxteis	7	56	1,53	12,50
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	29	497	6,35	5,84
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçado	-	41	-	-
Fabricação de produtos de madeira	16	141	3,50	11,35
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	5	20	1,09	25,00
Edição, impressão e reprodução de gravações	13	104	2,84	12,50
Fab. de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	1	6	0,22	16,67
Fabricação de produtos químicos	23	58	5,03	39,66
Fabricação de artigos de borracha e plástico	19	66	4,16	28,79
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	79	694	17,29	11,38
Metalurgia básica	7	39	1,53	17,95
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	84	187	18,38	44,92
Fabricação de máquinas e equipamentos	41	87	8,97	47,13
Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	5	-	-
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	20	40	4,38	50,00
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	2	2	0,44	100,00
Fab. de equipamentos médico-hospitalares, ópticos e equip.para automação industrial	2	7	0,44	28,57
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	6	37	1,31	16,22
Fabricação de outros equipamentos de transporte	1	7	0,22	14,29
Fabricação de móveis e indústrias diversas	30	234	6,56	12,82
Reciclagem	4	7	0,88	57,14
Outros	-	3	-	-
Total da Indústria	457	3.134	100,00	14,58

Nota: A = Número de estabelecimentos industriais residentes no Município da SERRA com base na CNAE; B = Total de estabelecimentos industriais localizados no ES; C = Percentual, por segmento da indústria, do número de estabelecimentos industriais residentes na SERRA; D = Participação relativa dos estabelecimentos localizados na SERRA no total do ES, por segmento da indústria, mensurado em % pela relação A/B.

Fonte: IBGE 2002, FINDES, PMS/ SEDEC.

Gráfico 6

Participação Relativa dos Estabelecimentos Industriais no Total da Indústria do Município de Serra, Classificado por Atividade Econômica pela CNAE – 2002*



(*) em percentual (%)

Fonte: IBGE 2002, FINDES, PMS/ SEDEC.

Ao analisar a tabela anterior pode-se verificar que o município de Serra apresentou no ano em questão, 457 unidades industriais representando 14,58% do total dos estabelecimentos industriais existentes no Espírito Santo (3.134); ao analisar a compartimentação dos estabelecimentos industriais deste município tem-se 10 unidades classificada na indústria extrativa e 447 unidades pertencentes a indústria de transformação, representando 97,81% do total dos estabelecimentos industriais.

Com relação à indústria extrativa no município de Serra, percebe que este seguimento da indústria apresentou pouca significância em relação ao número de estabelecimentos tanto em relação aos demais estabelecimentos municipais com 10 unidades representando em termos percentuais 2,19% e também em relação ao número de estabelecimentos existentes no estado, ficando com apenas 2,28% das unidades industriais. Isto se deve, como anteriormente discutido, ao fato de que o município de Serra ter pouca representatividade da economia municipal dentro do contexto das indústrias extrativas do Espírito Santo.

No Município de Serra, o setor de mármore e granito em grande parte está localizado na indústria de transformação, dentro do grupo Fabricação de produtos de minerais não-metálicos, no qual, também, estão incluídos produtos de vidro, cimento, fibrocimento, cal e produtos cerâmicos. Neste ramo da indústria o Município apresenta 79 unidades indústrias, que correspondem a 17,29% dos estabelecimentos do Município. A participação relativa dos estabelecimentos industriais no total da indústria do Município pode ser melhor visualizada no gráfico acima.

Os segmentos de Fabricação de produtos alimentícios e bebidas e Confecções de artigos do vestuário e acessórios, em 2002, representaram 12,69% e 6,35%, respectivamente, dos estabelecimentos existentes no Município. Outros destaques são os ramos de Fabricação de produtos de metal exceto máquinas e equipamentos e Fabricação de máquinas e equipamentos que representam, respectivamente, 44,92% e 47,13%, dos estabelecimentos existentes no estado nesse ramo, em 2002. Por fim, podemos citar as unidades industriais do grupo Metalurgia básica, dentro do qual está inserida a CST, com 17,9% das unidades capixabas do ramo

localizadas no Município da Serra. A relevância deste último segmento está na oportunidade de dinamização do arranjo produtivo metal-mecânico com o Laminador de Tiras a Quente (LTQ) da CST como elemento de atração de empresas desse segmento para a utilização das bobinas como insumo.

Tabela 13
Empresas Segundo o Ramo de Atividade no CIVIT (I e II)
Cadastradas na FINDES (2006).

Ramo de atividade	CIVIT I	CIVIT II	Total
Metal mecânico	3	17	20
Rochas ornamentais	8	28	36
Produtos químicos	1	-	1
Produtos alimentícios	-	2	2
Construção	3	13	16
Petróleo	1	2	3
Confecção	2	-	2
Cerâmica	-	2	2
Material plástico e fibra	2	7	9
Outros	14	28	42

Fonte: Findes

Tabela elaborada pelo autor

O Centro Industrial de Vitória, CIVIT, possui 160 empresas, abrangendo vários ramos de atividades, dentre eles os mencionados acima na tabela. O número total de empresas da tabela (133 empresas) diverge do número total de empresas existentes no Civit, isto ocorreu devido algumas empresas não terem sido cadastradas no levantamento da findes neste ano. Superado esta dificuldade, podemos perceber o panorama inicial das atividades desenvolvidas no civit.

A maior concentração de empresas por ramo de atividade esta no seguimento de rochas ornamentais, apresentando um total de 36 empresas e tendo maior parte das empresas localizadas do Civit II, com empresas especializadas em corte e polimento de granito.

O segundo ramo de atividade que se destaca e o metal mecânico apresentando uma considerável especificação de empresas deste seguimento, dentre as quais

podemos destacar empresas especializadas em estruturas metálicas, fabricação de produtos metalúrgicos, cubas de aço inox, dentre outras.

O ramo de atividade de construção civil também apresenta uma considerável concentração de empresas relacionadas à construção de prédios, estação de tratamento de esgoto e água e construção civil em geral. Por ficar inviável colocar alguns ramos de atividades inexpressíveis, agrupamos os mesmos em “outros ramos de atividade”, podemos citar empresas destinadas as funções de fabricação de velas, velcro, aditivo luminoso, letreiros luminosos, tintas, vernizes, esmaltes, lacras, etc.

Algumas questões nos intrigaram durante o decorrer desta pesquisa que teve seu principal objeto de estudo o CIVIT (I e II) e sua relação com o processo de urbanização ocorrido no município de Serra. Atualmente o discurso do poder público municipal, representado pela prefeitura municipal é de estimular a construção de novos pólos empresariais que estarão localizados em diferentes espaços do território deste município. Porém, nas várias idas a campo percebemos que a configuração atual do CIVIT (I e II) parece carecer de uma melhor intervenção, tanto da prefeitura quanto da SUPPIN no que diz respeito às questões de lotes vazios e empresas desativadas. A tabela abaixo mostra essa situação.

Tabela 14
Lotes vazios no CIVIT (I e II)

	Nº DE LOTES DE:	
	CIVIT I	CIVIT II
Empresa em atividade	28	134
Empresa desativada	56	39
Empresas em obras	6	40
Lotes vazios	19	81
TOTAL	109	294

Fonte: SUPPIN, Pesquisa perfil empresarial CIVIT I e II SEBRAE-ES (2004).

Nota: os dados e a tabela foram organizados pelo autor.

O CIVIT no momento está com uma grande disponibilidade de lotes e serem ocupados, por motivos diversos, porém nesta análise preliminar parece que estas questões estruturais estão longe de serem resolvidas.

A prefeitura municipal, através da secretaria de desenvolvimento econômico, está priorizando medidas concernentes à criação e aprovação de novos pólos empresariais (que serão trabalhados a seguir) no município, os quais serão criados em diferentes pontos do município (ver figura: 7).

Fazendo uma análise crítica desta situação, percebe-se que a iniciativa pública junto com a iniciativa privada estão interessadas em dinamizar a ocupação das indústrias e empresas neste município, desconcentrando, assim, a ocupação existente no momento que é na região central do município. Por mais que o CIVIT I e II possam apresentar em termos de localização: melhores condições de escoamento da produção e de localização, a ocupação deste lotes vazios será uma segunda opção.

Dinamizando os pólos empresariais e industriais no município, as áreas vizinhas dos mesmos sofrerão com essa mudança, com a atração de moradores e futuros trabalhadores para essas áreas. Neste sentido, a valorização destas áreas, que não tem hoje um valor significativo se comparadas com as áreas próximas do CIVIT (I e II), se dará de forma rápida e isso parece ser a principal justificativa do interesse destas iniciativas em estar promovendo a expansão das indústrias e empresas para esses pólos em questão.

A expansão dos pólos empresariais seria benéfica ou não para o desenvolvimento sócio-espacial e econômico do município de Serra?

Em termos econômicos parecer ser uma boa opção para aumentar os investimentos privados no município, como por exemplo, a vinda de várias empresas e indústrias de outros municípios, estados e até mesmo de outros países para a Serra, e isso é a meta a ser alcançada segundo a SEDEC.

Contudo, o desenvolvimento econômico nem sempre é acompanhado do desenvolvimento sócio-espacial. Neste sentido, a nosso ver, é mais viável, tanto em termos econômicos, estruturais, espaciais o CIVIT I e II serem inteiramente

aproveitáveis, e só assim a prefeitura possa pensar em criar e aumentar as áreas industriais nesse município.

5.2 AS PERSPECTIVAS DE EXPANSÃO INDUSTRIAL E DO ESPAÇO URBANO NA SERRA

O município de Serra apresenta (segundo a SEDEC) condições favoráveis de infraestrutura logística que soa de fato como os grandes atrativos às instalações industriais e empresariais no município. Além de ser cortada pela BR-101, Serra é dotada de importantes elementos viários e de infra-estrutura como: gasodutos (um já em funcionamento e outro, Cacimbas-Vitória, em construção pela Petrobrás), Estrada de Ferro Vitória-Minas, o porto seco – TIMS e Portos (Praia Mole/Tubarão); todos em condições de atender aos novos pólos empresariais do Município. Projetos de melhoria do sistema viário (Novo Contorno da Serra, Ligação Jacuhy-Aeroporto, Estrada Serra-Jacaraípe e Contorno de Jacaraípe) estão sendo articulados para o atendimento aos novos empreendimentos.

Esses investimentos, segundo a percepção da SEDEC, criarão um importante anel logístico no Município que irá facilitar tanto o deslocamento da população e o escoamento da produção como contribuir, decisivamente, para a atração de novos empreendimentos.

A análise dos dados obtidos quanto às questões de perspectivas de crescimento econômico espacial e industrial do município estudado mostram que as condições do município da Serra, quanto ao ponto de vista da configuração físico-espacial, infraestrutura logística, bem como à descontinuidade de seu tecido urbano, continuam a mostrar que esse município ainda representa uma promissora fronteira de expansão intra-urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória e do Espírito Santo, especialmente no que se refere à implantação de novas atividades empresariais.

O Plano Estratégico Municipal-Serra 21 (2000) destaca que o futuro do Município da Serra dependerá dos fatores locacionais, de natureza econômica, intrínsecos à Região Metropolitana da Grande Vitória, manifestos na diversidade de espaços intra-

urbanos que a constituem. Hoje, o Município da Serra se coloca como o mais importante Município industrial da Grande Vitória e, em breve, será também o mais populoso, superando o município de Vila Velha, que é hoje o mais populoso do estado.

Segundo a SEDEC, com a saturação das áreas nos pólos empresariais já existentes, CIVIT I e CIVIT II, e a necessidade de criar condições para o aproveitamento de novas áreas para esse fim o desenvolvimento de novos pólos empresariais, em localidades adequadas à instalação dos novos empreendimentos que se direcionam ao Município se tornam uma necessidade, constituindo um elemento estratégico para a gestão municipal.

Essa visão tem por objetivo promover uma expansão das atividades empresariais no Município de forma a contribuir, incisivamente, para o desenvolvimento econômico sustentável da Serra.

Esta justificativa do poder público municipal mostra o interesse em expandir a industrialização no espaço municipal a qualquer custo, uma vez como já citado anteriormente a prefeitura, no seu discurso, mascara a realidade ao afirmar que já existe saturação industrial e empresarial no CIVIT I e no CIVIT II. O que existe de fato, no momento, é a indisponibilidade de lotes, não por estarem plenamente ocupados, mas por estarem “indisponíveis” para a ocupação.

Um número significativo de lotes não estão ocupados (parte deles estão vazios e a outra com empresas desativadas), e isso acaba descaracterizando as suas funções principais de estarem sendo ocupados por indústrias. Neste sentido, podemos ter também uma outra indagação: esses lotes vazios podem estar se caracterizando espaços de valorização imobiliária?. Esta pergunta pode ser de certa forma aceitável; e entendemos que não é levado em questão pela prefeitura municipal.

CORREIA (1989)³² ao analisar os agentes sociais que produzem e utilizam o espaço urbano, afirma que o Poder Público (Estado), de modo geral favorece, direta ou indiretamente, os interesses das classes dominantes (domínio econômico-político). Acrescenta ainda que o Estado congrega, dentre outros, o papel de grande industrial e de promotor imobiliário.

Essa análise nos permite ter uma melhor compreensão desta chamada necessidade de expansão industrial no município de Serra, em que o poder público municipal promove suas intenções e interesses através de discursos que tem como finalidade aumentar a condição econômica do município baseando em situações que não condizem com a realidade.

Hoje, o setor industrial do município, apresenta-se altamente concentrado em poucos bairros e ocupa, por conseguinte, uma fração muito reduzida do território conforme como pode ser observada na figura 3, a região empresarial do CIVIT. Assim, as regiões sul e sudeste do Município concentram praticamente todo o emprego industrial da Serra.

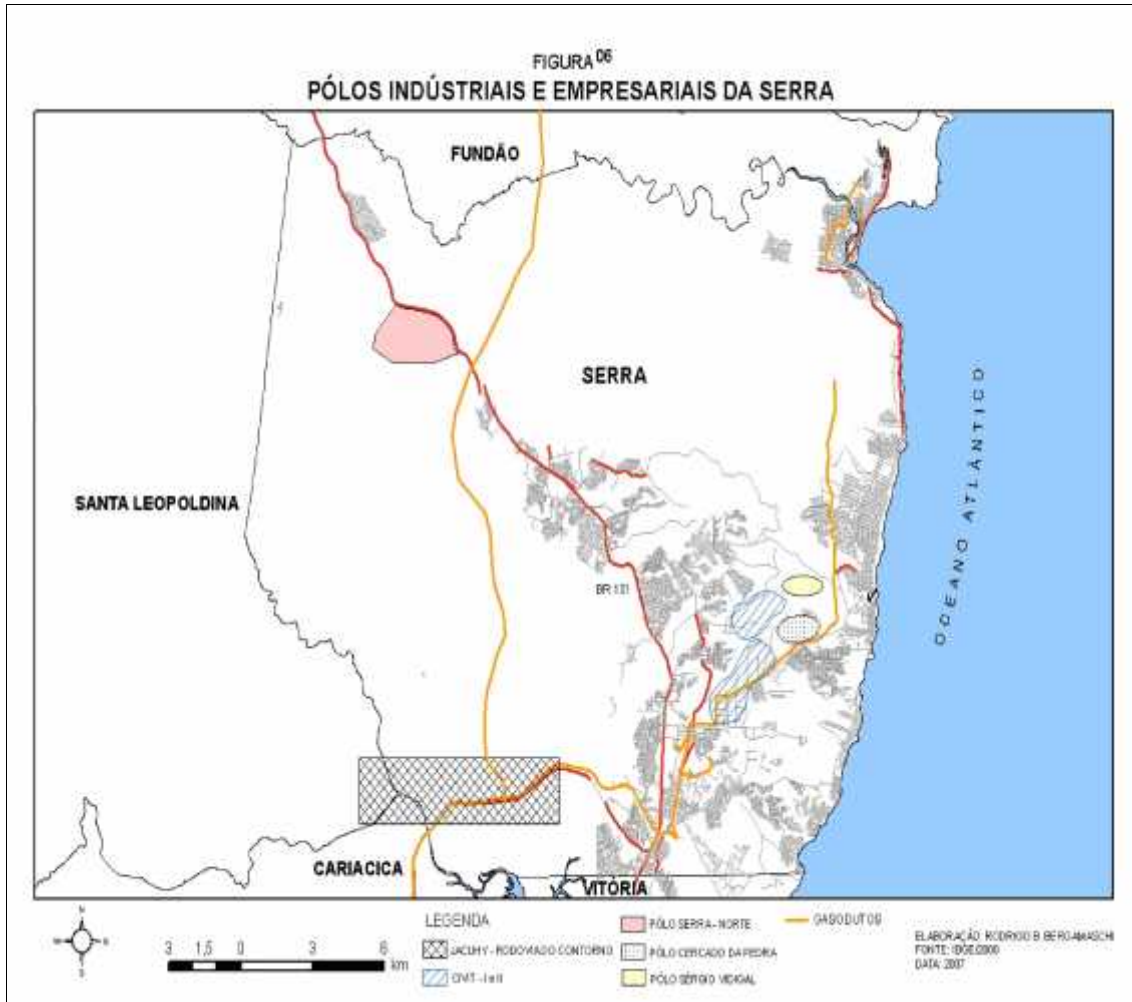
Nesse sentido, tem-se a necessidade, segundo a prefeitura, de se pensar de forma contínua o planejamento e o desenvolvimento econômico municipal, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município com a criação de espaços compatíveis como elemento de atração de novas unidades empresariais para o Município reside na observação, atual, do momento de crescimento da economia capixaba.

É fato que o Espírito Santo tem apresentado seguidamente, nas últimas décadas, taxas de crescimento econômico e industrial acima da média nacional.

Esse bom desempenho da economia estadual seguramente será sustentado e ampliado com os novos investimentos, como a expansão da CST, a construção da oitava usina de pelotização da CVRD (com conseqüente expansão do setor

³² Este autor trabalha os cinco agentes sociais existentes produtores e consumidores do espaço urbano, são eles: os proprietários fundiários, os donos dos meios de produção, os grupos sociais excluídos, os promotores imobiliários e o Estado.

portuário) o aumento da produção de petróleo e gás; e o incremento da exportação de rochas ornamentais.



Partindo dessa visão, a Prefeitura Municipal da Serra, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, vem atuando no desenvolvimento desses novos pólos empresariais – Serra Norte, Região do Contorno (Jacuhy), Sérgio Vidigal, Cercado da Pedra com o intuito de atender os novos empreendimentos que se direcionam ao Município.

Essa estratégia é baseada na formação das chamadas Parcerias Públicas Privadas (PPPs), no qual a PMS fornece o apoio institucional aos proprietários e incorporadores interessados na formação dos pólos empresariais.

Estes dados e perspectivas do município nos remete a analisar o marketing governamental em que o estado atua nesse processo a partir de legislações e vantagens concedidas aos grupos industriais e empresariais. Outro argumento interessante é referente ao discurso do Estado (prefeitura) em forma de Marketing territorial e como ele influi no processo de reorganização do espaço municipal.

Dentre os novos pólos empresariais que estão sendo estudados, a fim de torná-los viáveis, quanto às suas concretizações iremos caracterizar os que estão sendo discutidos a nível municipal no momento.

O Pólo Empresarial Serra Norte possui uma área de localização no norte do município dotada de condições físico/territoriais, que segundo os estudos de pré- viabilidade realizada pela SUPPIN, favoráveis ao desenvolvimento de atividades empresariais de grande porte, área de planície, poucos impactos ambientais. (SUPPIN, 2005).³³

Deve-se considerar também a infra-estrutura logística presente na região: projeto do gasoduto Cacimbas/Vitória, EFVM (Estação Aruaba), BR 101 Norte, ligação com a futura rodovia do Contorno da Serra (duplicação da BR 101 contorno). Além dessas características é também evidente a necessidade de promoção de desenvolvimento próximo à Serra Sede, que aliado à inexistência de novas áreas a serem aproveitadas para novos empreendimentos de grande porte, torna o efetivo desenvolvimento desse pólo ainda mais importante para o município. (SUPPIN, 2005).

Com uma área de 4.000.000 m², localizado junto à BR-101 Norte, próximo ao trevo de Calogi. Este espaço empresarial destina-se a receber empresas de grande porte

³³ SUPPIN, Estudo Preliminar de Viabilidade para a Implantação do Pólo Empresarial Serra Norte-ES. In: Relatório Final Segunda e Terceira Etapas. 2005)

notadamente dos setores de beneficiamento de granito, metal mecânica, logística, etc.

A setorização proposta para o Pólo visa definir áreas específicas para a regulamentação da ocupação e do uso do solo na área de estudo. A partir da avaliação do terreno, a ocupação para fins urbanos é direcionada para as porções de terra mais estáveis que se encontram desmatadas e transformadas em pastagens, sendo passíveis de ocupação, conforme a legislação vigente. (SUPPIN, 2005).

O Eixo de Circulação Arterial constitui-se da faixa de domínio do sistema viário principal, equivalente às vias arteriais previstas para o Pólo. Este eixo estrutura a divisão dos demais setores empresariais. Os traçados das vias seguem aproximadamente os alinhamentos das estradas de Calogi e de Muribeca (atualmente em terra batida), mas são retificados em alguns trechos, adotando-se um traçado geométrico adequado para os tipos de veículos e características de tráfego de um pólo empresarial e industrial.

O Setor Empresarial de Logística tem a sua localização definida a partir da projeção do traçado do ramal ferroviário do Pólo. Localiza-se na extremidade sudoeste da área de estudo, no sentido de garantir acesso direto à Estação Inter-modal, destinada ao traslado de cargas. Constitui-se de duas quadras, subdivididas em lotes com áreas em torno de 20.000 m², destinadas à empresas de logística de transportes e armazenamento de produtos, e ainda às atividades específicas que de forma imprescindível exijam o modal ferroviário para seu desempenho.

O Setor Industrial de Rochas Ornamentais é localizado na porção noroeste da área de estudo, visando maior proximidade das empresas com a Estação Inter-modal e o Setor Empresarial de Logística. Constitui-se de diversas quadras, subdivididas em lotes com áreas de 15.000 a 20.000 m², destinadas às indústrias de beneficiamento de mármore e granito.

O Setor Industrial de Metal- Mecânica é localizado na porção sudeste da área de estudo, contando com fácil acesso rodoviário. Constitui-se de diversas quadras, subdivididas em lotes com áreas em torno de 20.000 m², destinadas às indústrias de máquinas e artefatos metálicos



Foto 1: Vista aérea do futuro Pólo Empresarial Serra Norte

Acervo da SEDEC- PMS

Como podemos observar na foto acima, a área a implantação do Pólo Empresarial Serra Norte apresenta se hoje inserida no perímetro rural do norte do município. Hoje a atividade econômica predominante nesta área e a pecuária.

Esta será no futuro, uma das regiões de expansão urbana da Serra, em que esse projeto de implantação de empresas e indústrias atrairá a criação de infra- estruturas urbanas, como a criação de novos bairros nas proximidades deste pólo.

Conforme podemos observar Na figura 7, o Município da Serra contará também com o Pólo Empresarial Cercado da Pedra, localizado na região do CIVIT II, destinado às empresas de micro, pequeno e médio porte (lotes de 1.200 m² a 5.000 m²) e baixo

impacto. Este pólo é diferenciado dos demais, uma vez que a prefeitura não possui terrenos de pequenas dimensões disponíveis hoje para comercializar e este pólo virar a fim de suprir essa carência do município. O pólo contará com 100 lotes, já existe um numero considerável de empresas interessadas em adquirir os lotes.(SEDEC).

Os Pólos Empresariais da Região da Rodovia do Contorno (Jacuhy) apresentam uma área localizada dotada de uma infra-estrutura já existente (TIMS, estrada de ferro Vitória-Minas, gasoduto) e com futura ligação com o pólo empresarial Serra Norte através da rodovia do Contorno da Serra. Localizado à margem direita da Rodovia BR-101 Contorno, com uma área de 20.000.000 m², será destinado a instalação de empresas de pequeno, médio e grande porte, preferencialmente com baixos impactos ambientais, de diversos setores da economia. Nesta Região estão em desenvolvimento os pólos empresariais Piracema, Jacuhy e Nova Vitória. (SEDEC).

O Pólo Empresarial Piracema, apresenta uma área de 2,5 milhões de metros quadrados, e um pólo privado destinado a receber empresas se médio e grande portes, com destaque de empresas dos setores de granito e da indústria do petróleo. Este pólo se localiza dentro do pólo Jacuhy industrial, o qual tem 18 empresas que estão se instalando na região; com destaque para as empresas dos setores de mármore e granito dentre outras. (SEDEC).



Foto 2 :Vista aérea da Região do Contorno

Acervo da SEDEC- PMS.



Foto 3: Vista aérea do Pólo Jacuhy

Acervo da SEDEC- PMS.

O Terminal Multimodal da Serra (TIMS), foi o primeiro pólo privado do município, apresenta uma área de 2,3 milhões de metros quadrados de área e dividido em área comercial e setor industrial. Seu terminal industrial apresentava disponível no ano de 2005, segundo a SEDEC, 150 mil metros quadrados de área disponível para a instalação de novos empreendimentos.

O pólo industrial do TIMS concentra 22 empresas e está direcionado seu foco para o setor petrolífero. O setor industrial do TIMS apresenta uma área de 1 milhão de metros quadrados, destes 350 mil metros quadrados estão reservados para a Petrobras.



Foto 4: Vista aérea do TIMS e pólo empresarial Nova Vitória

Acervo da SEDEC-PMS.

A região de abrangência dos Pólos Piracema, Jacuhy Nova Vitória e TIMS (Região do Contorno) está sendo objeto de grandes discussões a nível municipal. Esta região é uma área extremamente importante para o município e existe um grande projeto de Construção da Rodovia BR- 101 Norte (Contorno do Mestre

Álvaro),³⁴ com o intuito de desviar a tráfego de passagem para fora do perímetro urbano.

Porém, Segundo TEIXEIRA (2007) a área Traçada para receber o traçado da rodovia apresenta uma sensibilidade ecológica o que não propicia a implantação deste projeto. Soma-se a isso, se for aprovado o traçado proposto para essa rodovia, este estará divergente tanto com a legislação ambiental nacional, estadual e municipal e bem como o PDU da Serra.

Outro grande problema são os Pólos industriais que estão sendo instalados sobre os alagados (Pólos Jacuhy e Pólo Piracema), que certamente num curto período de tempo induzirão ocupações humanas em seu entorno. Soma-se a isso a incompatibilidade das características geomorfológicas, geológicas e hidrográficas não são compatíveis com o modelo de uso e ocupação do solo que está sendo realizado o que em especial no Brasil é um processo conhecido. (RAYMUNDO, 2007).

Esses projetos de expansão empresarial e industrial provocarão impactos significativos no território do município de Serra. Segundo as estimativas da Prefeitura municipal, a população da Serra chegará aos 700 mil habitantes em 2020. Tal processo estará diretamente ligado à necessidade de consumo de mais espaço, como criação de novos bairros. A tendência da expansão urbana neste município se dá em direção justamente às áreas dos pólos em questão que via de regra estão localizados, em grande proporção, na zona rural do município de Serra.

A tendência de expansão do espaço urbano da Serra se dará futuramente no sentido oeste e norte justamente em direção a área rural do município.

Contudo, deve se atentar não só a estas questões que de modo inicial parecem se boas para desenvolvimento econômico do município, mas adequar estes projetos ao

³⁴ Esta nova rodovia que será implantada não é a Rodovia BR- 101/ Contorno, conhecida como Rodovia do Contorno, situada ao sul do município de Serra foi construída com o propósito de desviar a tráfego de passagem da ilha de Vitória, permanecendo apenas o tráfego local. (TEIXEIRA, 2007).

desenvolvimento social da população, e isto sempre não ocorre pelo fato dos interesses particulares em grande parte sobressaírem aos interesses coletivos da população deste município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia Capixaba, até a década de 1960, era centrada na produção agrícola baseada em pequenas propriedades de produção familiar, tendo como principal fonte de renda a cultura do café. A partir de 1962, perdurando até 1969, o Governo Federal inicia a Política de Erradicação da Plantação do Café, desencadeando a desestruturação da economia agrícola.

Nesse contexto, a grande maioria da população capixaba vivia no meio rural (68,1%), desenvolvendo suas atividades econômicas de forma arcaica, como comentado anteriormente nesta pesquisa, e inserida na sua maioria (80%) na atividade cafeeira.

A crise cafeeira impulsionou o êxodo rural rumo, sobretudo à região urbana da Grande Vitória, a qual já apresentava um desenvolvimento industrial considerado e que a partir dos anos 70, com a implantação dos Grandes Projetos, se tornou na principal região capixaba de atração de imigrantes.

Os municípios dessa região, de forma geral, foram impactados pelo acréscimo significativo de seus habitantes, e como consequência, o aumento da urbanização. Esse processo de urbanização se deu, em grande parte, de forma caótica em que grande parte dos imigrantes, desprovidos de renda, ocuparam áreas impróprias para a ocupação desencadeando crescentes invasões.

Pode-se afirmar que o Estado e a indústria são indiretamente responsáveis por esse crescimento “desordenado”. O Estado, no seu âmbito, como fomentador do processo de industrialização com o investimento na escolha do município de Serra como sede do Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT), e no âmbito municipal como planejador urbano.

Diante disso, as indústrias instalaram-se no município por conta dos benefícios recebidos, trazendo em sua esteira uma população migrante que buscava e busca

emprego e melhores condições de vida, a qual em sua maioria não foi absorvida pelo setor secundário.

O município de Serra se destacou em relação aos demais municípios da Grande Vitória, por ser o que mais recebeu imigrantes, atraídos pela grande disponibilidade de terras e pela industrialização que se expandiu já no início da década de 1970.

O município de Serra apresentou um crescimento populacional elevado a partir da década de 70. Esse processo esteve fortemente relacionado com a implantação do CIVIT, bem como a reorientação do sistema de exportação de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para a região norte de Vitória e a construção do Porto de Tubarão, fazendo com que a Serra se tornasse em termos de localização industrial o município mais promissor da Grande Vitória, e isso teve conseqüências imediatas.

A primeira foi o processo de urbanização, pois a população rural diminuiu tanto relativa quanto absolutamente. Porém, o processo não se restringiu a simples transferência da população do campo para a cidade, mas sim, resultou principalmente da migração tanto do Espírito Santo (interior) quanto de outros estados (Minas Gerais e Bahia).

Esse deslocamento populacional acelerou a ocupação do solo serrano, a qual se processou de forma fragmentada e descontínua, sendo condicionada pelos fatores fisiográficos, em vários casos acelerando invasões, que posteriormente transformaram-se em bairros sem um planejamento adequado

A expansão do meio urbano do município de Serra começou a se intensificar a partir da década de 1970; no contexto da expansão do meio urbano no município de Serra, o CIVIT apresentou um papel importante quanto à questão da urbanização municipal, uma vez que os principais conjuntos habitacionais foram criados justamente próximos ao Civit (I e II), construídos no decorrer da década de 1970 e 1980 e, de certa forma, foram condicionados pela existência do Centro Industrial.

Este, num primeiro momento, apresentou dupla relação com a moradia da mão-de-obra condicionando-a, e por outro lado foi condicionado por ela.

Embora o CIVIT tenha sido criado com a especificação de Centro Industrial da Grande Vitória, com finalidade do ordenar o desenvolvimento industrial dessa região, percebe-se que o mesmo, com o passar do tempo, sofreu um processo de descaracterização na sua função.

O CIVIT I caracterizado por ser um Distrito Industrial, apresenta atualmente vários problemas, como o elevado número de empresas desativadas e inúmeros lotes vazios, os quais com o passar do tempo apresentaram uma valorização financeira acentuada e isto não está de acordo com a objetivação do CIVIT, gerando possibilidade de especulação imobiliária.

CIVIT II foi criado para ser um Centro Industrial ligado a dinâmica da CST. Apresentou com o tempo uma descaracterização nessa sua função, pois a maior parte das indústrias que ali se encontra atualmente é do ramo de atividade de rochas ornamentais; e os problemas com empresas desativadas e lotes vazios são parecidos aos do CIVIT I.

Pode-se perceber, neste sentido, uma grande disponibilidade de lotes a serem ocupados no CIVIT, porém por motivos diversos estas questões estruturais estão longe de serem resolvidas. Apesar do CIVIT I e II apresentarem em termos de localização melhores condições de escoamento da produção e de localização, a ocupação desses lotes vazios parece ser uma opção secundária, visto que o poder público municipal está interessado, por motivos econômicos, em expandir a industrialização em alguns novos pontos do território municipal de Serra.

Diante disso, conclui-se que dinamizar a ocupação das indústrias e empresas neste município significa desconcentrar a ocupação industrial existente na região central do município, região de localização do CIVIT.

Partindo da discussão teórica de que a industrialização objetiva a urbanização, e diante da constatação de que isso aconteceu, de certa forma, com a criação do CIVIT, pressupõe-se que os pólos empresariais e industriais que estão e que serão planejados no município irão propiciar mudanças significativas no espaço urbano municipal. As áreas vizinhas dos novos pólos poderão ser impactadas com a expansão urbana, como, consequência da atração de moradores e futuros trabalhadores para as áreas industriais, ocasionando o surgimento de novos bairros residenciais.

Neste sentido a valorização destas áreas, que não tem hoje um valor significativo se comparadas com as áreas próximas do CIVIT (I e II) poderá ocorrer de forma rápida e isso parece ser a principal justificativa do interesse destas iniciativas em estar promovendo a expansão das indústrias e empresas para esses pólos em questão.

O estudo e reflexões acerca do processo de urbanização/ industrialização da Serra, intensificado com a expansão industrial, a partir da década de 1970, revela a dinamicidade do processo de urbanização e ocupação populacional.

Este estudo, de certa forma, conseguiu alcançar seus objetivos que era analisar as principais dinâmicas ocorridas neste município, à luz do processo de industrialização, bem como identificar as áreas municipais que poderão ser palco da nova expansão industrial e empresarial neste município e, conseqüentemente, que se mostram mais dinâmicas em termos da expansão urbana.

As perspectivas de um novo fluxo de tal processo com a criação de novos pólos industriais e empresariais apontam para essa dinamicidade da ocupação populacional. Assim, este estudo, ao se propor compreender tal processo, também não pode encerrar-se nele mesmo, sendo, portanto, inconcluso, tal como seu objeto de estudo: dinâmico e em movimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória, ES: Crescimento e Metropolização**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.

BONDUK, Nabil&Rolnik, Raquel. “**Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do Espaço como Expediente de reprodução da força de trabalho**”. In: MARICATO, Emilia (org). A produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CARLOS, Ana F.A. **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. **Espaço e Indústria**: São Paulo: Contexto, 1988.

(Coleção Repensando a Geografia).

CASTIGLIONI, Aurélia Herminia; **Processo de Crescimento da grande Vitória**; in: “Revista Instituto Jones”, ano VII, nº 1, Vitória; 1994.

COPLAN- ES. **Centro Industrial de Vitória Estudo de Viabilidade: minuta final**. COPLAN-ES, 1970.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática S.A, 1989.

FELISBERTO, Claudia Rosana Machado. “**Política de desenvolvimento local no Espírito Santo: uma análise dos incentivos fiscais e financeiros**”. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.

GONÇALVES, Thalismar Matias. **A dinâmica do espaço urbano: um estudo sobre o bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra-ES**. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos de 1950 - 2000.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Notas de uma política de desenvolvimento urbano no Espírito Santo**. Vitória: 1984.

_____. **Proposta de ordenamento urbano do município da Serra: Versão Preliminar**. Vitória: 1979.

Seminário de desenvolvimento da Serra: 1º e 2º etapas. Vitória: 1980.

Estudos para a definição da política habitacional para o Estado do Espírito Santo: estudos básicos referentes à questão da habitação. Vitória, 1987. Versão final.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LORENÇÃO, Marco Renato. **Exportação e crescimento industrial: a dinâmica da economia capixaba a partir da década de sessenta.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2003.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo – ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

PEREIRA, Guilherme H. **Política industrial e localização de investimento e o caso do Espírito Santo.** Vitória: Edufes, 1998.

PERINI, Grazielli Torezani. **Feu Rosa: de conjunto habitacional à bairro da periferia da metrópole.** Monografia (Bacharelado)- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

RAYMUNDO, Tiago Sartório. **A problemática do uso e da ocupação do solo nas zonas úmidas: o caso do município da Serra- ES.** Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

REVISTA SÉCULO. O Espírito Santo em Revista. Vitória - ES- ANO II - Nº 24 - Fevereiro – 2002.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Ângela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo (1995-1985).** Vitória: FCAA, 1991.

RODRIGUES, Arlete M. **Moradia nas cidades brasileiras.** São Paulo. Contexto, 2001.

SANTOS, Sarah Maria Monteiro. **Transformações do uso do solo urbano: o caso do município de Vila Velha- Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton&SIQUEIRA, Maria Laura. **O Brasil- território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SIQUEIRA, Maria da P.S. **Industrialização e empobrecimento urbano. Ocaso da Grande Vitória 1950-1980**. Vitória: Edufes/CCHN publicações, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994. (Coleção Repensando a Geografia).

SOUZA, Nali de Jesus. **Teoria dos pólos inteligentes e sistemas regionais de inovação**. Porto Alegre: Revista Análise, Volume 16, nº1, 2005, p.87-112.

SUPPIN. CIVIT: **Centro Industrial da Grande Vitória. Área prioritária II, Área A**. Volume I. SUPPIN, 1976.

SUPPIN. **Onde implantar sua indústria**. SUPPIN, 1978.

SUPPIN. **Relatório final segunda e terceira etapas: estudo preliminar de viabilidade para a implantação do Pólo Empresarial Serra Norte- ES**. SUPPIN, 2005.

SUPPIN. **SUPPIN 35 anos: Apoio ao desenvolvimento do Espírito Santo**. SUPPIN, 2006.

TEIXEIRA, Luis Paulo Leite. **Prognóstico geoambiental e sócio-econômico: área de influência da rodovia BR 101/norte (contorno do Mestre Álvaro), Serra- ES**. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

OUTRAS FONTES

GOVERNO DO ESTADO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Informações Estruturais**. Secretária de Estado da Indústria e do Comércio, 1981.

GOVERNO DO ESTADO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Informações Estruturais**. Secretária de Estado da Indústria e do Comércio, 1983.

GOVERNO DO ESTADO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Informações Estruturais**. Secretária de Estado da Indústria e do Comércio, 1983.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes Ltda, 1991.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Moraes Ltda, 1999.

SEBRAE. Pesquisa Gargalos e organização de demandas de ações de desenvolvimento do comércio varejista do micropólo de laranjeiras – Serra, Vitória, mar.2004. Disponível em < www.sebrae.com.br>. Acesso em 27 ago. 2007.

SERRA 21: Plano estratégico da Cidade Agenda 21 local.

SINDICON. Censos Imobiliários. Disponível em <www.sindicon-es.com.br.> Acesso em: 25 de set.2007.